



Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

Atos do Presidente:

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20 do Regimento Interno.

D E C L A R A :

ATO DO PRESIDENTE Nº 004/95

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete (07), membros, conforme requerimento recebido pela mesa, de autoria dos Senhores Deputados: Caíto Quintana, Orlando Pessuti, José Tavares, Durval Amaral, Neivo Beraldin, Antonio Annibelli, Edson Silva Lino, Geraldo Cartário, Duílio Genari, Sâmis da Silva, Irondi Pugliesi, Nereu Moura, Ricardo Chab, José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier, Angelo Vanhoni, Cleiton Kielse, Luiz Cláudio Romanelli, Irineu Colombo, Pêricles Mello e Emerson Nerone na Sessão do dia 21 de março de 1995, com fundamento no § 3º do Artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de cento e vinte (120) dias, destinada a apurar possíveis irregularidades com o elevado número de "Bingos" que vem se instalando no Estado do Paraná, supostamente amparados pela Lei Federal nº 8.672, de 06 de julho de 1993 e Lei Estadual nº 11.035, de 02 de janeiro de 1995. Comissão é constituída por dois (02) Deputados do PMDB, e por um (01) do PP, PDT, PFL, PTB, PSC e PT, respectivamente.

Gabinete da Presidência, 22.03.95

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 005/95

Constituído o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composto de quinze (15) membros, conforme requerimento aprovado em 21 de março de 1995, de autoria dos Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Toti Colaço, Luiz Carlos Zuk, Renato Adur, José Tavares, Caíto Quintana, Neivo Beraldin, Milton Pupprio, Nelson Garcia, Carlos Simões, Augustinho Zucchi e Durval Amaral, que deverá funcionar até 31 de dezembro de 1995, deverá atuar em defesa do setor agropecuário do nosso Estado realizando Foruns, Seminários, Simpósios, em conjunto com as demais Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa e instituições representativas do setor existentes no Paraná e no Brasil. O Bloco será representado por três (03) Deputados do PMDB, PP, PDT, por dois (02) do PFL, PTB, PSC, e um (01) do PT e PSDB, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 21.03.95

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 13.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1995**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Pupprio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pêricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emenda:

**EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE
LEI COMPLEMENTAR Nº 36/95**

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 5º, da Lei Complementar nº 37/87, de 27 de outubro de 1987, o § 5º, com a seguinte redação:

"Art. 5º -

§ 5º - Aplicam-se aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, após 20 anos de serviço, optantes pelo RDF, o mesmo regime previsto na Lei nº 6.794, de 10 de

novembro de 1976".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Ângelo Vanhoni e Luiz Cláudio Romanelli.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, visa acrescentar a palavra "optantes", em decorrência de que à época da opção, tais professores já contavam com 20 (vinte) anos de serviço.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente sessão voto de pesar, pelo falecimento do Senhor João Manoel Fernandes.

Pessoa de grande número de amigos, idônea, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Cruzeiro do Oeste, 104, Vila Vicentina, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa e comunicado à família enlutada, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Helder Luciano Bueno Cheika.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada residente à Rua João Cecci Filho, 3645 - Núcleo Rio Verde, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao empresário Abraão José Melhem, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná e do Conselho Regional do SENAC, que no último dia 17 de março instalou o Núcleo de Formação Profissional nº 200, no Município de Quedas do Iguaçu. Ao longo dos últimos 02

(dois) anos, desde a sua posse, Abraão José Melhem imprimiu um ritmo dinâmico e descentralizado. Sua administração, em parceria com as Prefeituras Municipais, tem implantado Núcleos de Formação Profissional do SENAC em todo o Estado, culminando com de nº 200! Instituição modelar, criada e mantida pelo empresariado do comércio, o SENAC constitui-se em orgulho de todos nós, que vimos com satisfação a melhoria da mão-de-obra do comércio, propiciando melhores condições de vida para todas as famílias.

Nossos cumprimentos são extensivos a toda a Diretoria da Federação Varejista, aos Conselheiros do SENAC e a valiosa equipe de trabalhos daquelas entidades!

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, envio de votos de congratulações ao Colégio Mãe de Deus do Município de Londrina, pela inauguração de seu Laboratório de Informática.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Pela tradição do Colégio Mãe de Deus, pelo seu compromisso com a Educação, a inauguração do Laboratório de Informática desenvolvido em conjunto com a UNICAMP e a IBM é um marco na Educação em Londrina.

Por sua importância para seus alunos e pelos benefícios didáticos registramos o nosso aplauso a essa Instituição que orgulha Londrina.

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando urgentes providências visando a pavimentação asfáltica na antiga Estrada da Ladeira no Município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se ao fato de que com a inauguração da Nova Estrada São Mateus - Palmeira, todo o comércio e agricultores locais ficaram prejudicados em relação ao escoamento de produtos produzidos naquela região.

REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Ramiro Wahrhaftig, bem como ao Assessor Político da SEED, Professor Paulo Maia, solicitando providências para implantação de Curso de Magistério noturno no Colégio Estadual "Olavo Bilac", do Município de Sarandi, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Olavo Bilac", de Sarandi, já oferece, a nível de 2º grau de ensino, Curso de Magistério no período diurno.

Entretanto, grande parte da clientela desse curso tem se deslocado, diariamente, para o Município de Marialva, onde freqüentam, em período noturno, o Curso de Magistério no Colégio Estadual "Parigot de Souza", daquela cidade.

Segundo informações colhidas no local, há mais de 30 anos, Marialva oferece profissionalização de Magistério no período noturno. Era praxe que alunos de outras cidades da região freqüentassem Escola Normal Secundária noturna em Marialva.

Hoje, Prefeituras Municipais de localidades vizinhas têm que fazer itinerário diário para transportar alunos de Curso de Magistério para Marialva, com freqüência em período noturno, ocasionando despesas extras para essas Prefeituras, fato que ocorre com a Prefeitura do Município de Sarandi.

Fica a indagação: Por que não se oferece Curso de Magistério em período noturno também em Sarandi?

E a população de Sarandi é o triplo da de Marialva (cerca de 80.000 habitantes), tendo 7.500 alunos matriculados nas escolas estaduais e mais de 7.000 nas escolas municipais.

Além do mais, são os alunos que trabalham os que mais necessitam de cursos profissionalizantes em período noturno, principalmente daqueles cursos que mais oferecem oportunidade imediata de trabalho, como o Curso de Magistério, de nível de 2º grau de ensino.

E Sarandi é constituída de população, em sua maioria, operária, trabalhando em Sarandi e, principalmente, em Maringá.

O deslocamento diário, de Sarandi a Marialva, causa transtorno enorme, tanto para o Poder Municipal (cessão de ônibus), como para os próprios alunos que, além do trabalho em Maringá, têm que se deslocar para Marialva, em busca do Curso de Magistério em período noturno.

A União Sarandiense das Associações de Moradores, através de sua Diretoria

constituída, reivindica a este Parlamentar esse benefício para os alunos de Sarandi.

REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Ramiro Wahrhaftig, bem como ao Assessor de Assuntos Políticos da SEED, Professor Paulo Maia, solicitando providências para implantação do Curso de Magistério, a nível de 2º grau de ensino, no Colégio Estadual "Alfredo Moisés Maluf", de Maringá, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Alfredo Moisés Maluf", de Maringá, atende clientela de 2º grau de ensino em Educação Geral, e pretende, para 1995, ofertar Curso de Magistério também.

O referido colégio está situado numa das regiões mais populosas de Maringá, no Conjunto Habitacional Hermann Morais de Barros, abrangendo, ao seu redor, vários bairros, como: Conjuntos "Grevilha" I, II e III, Jardim Quebec, Parque das Bandeiras, Parque das Palmeiras, Jardim Copacabana, com uma população estimada em 30.000 (trinta mil) habitantes, em sua maioria população de baixa renda.

A implantação do curso de Magistério virá beneficiar em muito a clientela estudantil desses bairros, tendo em vista que o Curso de Magistério mais próximo está no Instituto de Educação de Maringá, distando mais de 10 quilômetros dessa região.

O colégio oferece condições para essa implantação, tendo em vista ter recursos humanos e salas ociosas para a implantação desse curso, em período diurno.

REQUERIMENTO Nº 473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Segismundo Morgenstern - Diretor Presidente da FUNDEPAR - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, que sejam tomadas as devidas providências quanto ao término das obras do pátio de estacionamento do Colégio Estadual Pedro Macedo, no Bairro do Portão - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Pedro Macedo é um dos colégios mais bem conceituados de Curitiba, onde um grande número de alunos de diversos cursos ali freqüentam. Causa sur-

pressa que apesar do espaço físico reservado para estacionamento ser vasto, as obras iniciadas anteriormente não tiveram a sua continuidade, causando transtorno aos professores e pais de alunos que necessitam estacionar seus veículos.

REQUERIMENTO N° 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado da Saúde - Dr. Armando Martinho Raggio, solicitando que sejam baixadas normativas com a finalidade de dar atendimento hospitalar aos servidores da Saúde, na própria unidade hospitalar de lotação.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Ocorre atualmente que servidores que prestam serviços em unidades hospitalares do Estado, quando sofrem algum problema de saúde, são obrigados a deslocar-se para obedecer ao sistema, com isso perdendo horário de trabalho, etc.

Os hospitais da rede, são bem equipados, possuem bons profissionais e precisam ser vistos com maior atenção pelos dirigentes.

É inaceitável que um servidor ao sentir-se mal de saúde, tenha que deixar uma equipe médica que presta serviços junto, para procurar outros profissionais, enfrentando filas, etc.

Esperamos na sensibilidade do Secretário, um homem que tem primado pelo bom desempenho de seus funcionários.

REQUERIMENTO N° 484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de mensagem ao Excelentíssimo Senhor Adib Jatene, Ministro da Saúde, solicitando a continuidade dos trabalhos do Conselho Nacional de Saúde e sua convocação imediata.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Único de Saúde (SUS) vive, já há longo tempo, uma séria crise financeira, administrativa e organizativa. A superação desta situação só será possível com o debate democrático entre os vários setores da sociedade, representado no Conselho.

O seu papel deve continuar como proposto na Lei 8142, ou seja, deliberativo.

REQUERIMENTO N° 459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação com pedras irregulares, do trecho compreendido entre São Francisco e Gramados, Município de Chopinzinho.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista estas localidades terem grande concentração de agricultores, que necessitam de melhores estradas para escoar sua produção, também faz-se necessário para o transporte de alunos do núcleo de ensino de Gramados, bem como para o transporte de crianças para a creche.

REQUERIMENTO N° 460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando a abertura de novo poço artesiano, e/ou tratamento de água na localidade Distrito de São Francisco, município de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A população do Distrito de São Francisco, Município de Chopinzinho, é numerosa. A comunidade conta com núcleo de ensino, como também atendimento no mini-posto de saúde, não dispondo de água tratada, devendo esta obra ser agilizada o mais breve possível, para evitar o vasto surto de doenças que são ocasionadas pela poluição da água.

REQUERIMENTO N° 462

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em frente ao Colégio Estadual Leônicio Correia, localizado no Bairro Bacacheri. O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos, tendo em vista que há grupos de rapazes que ficam no local, provocando as alunas, as quais ficam apreensivas com o que possa acontecer. Não sabem se são alunos do colégio ou se são desocupados que ficam nas proximidades.

Pedem eles que o pedido seja atendido o mais breve possível, procurando-se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 463

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de colocar mais ônibus entre às 6:30 hs e 8:00 hs na linha Rápido Metropolitano que pára no Terminal Maracanã - Colombo. O pedido está sendo feito pelos usuários desse ônibus que o utilizam para deslocarem-se ao trabalho. É pouco ônibus para muitas pessoas, causando uma série de transtornos a todos.

Pedem eles também que haja uma fiscalização mais eficiente nas filas, uma vez que ninguém respeita a ordem, tornando-se uma confusão total.

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Secretário Especial do Desenvolvimento e Programas Estratégicos, Doutor Kalil Cury Filho, solicitando a criação de uma Câmara Setorial da Indústria do Vestuário.

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Como é sabido, o Paraná está se empenhando para a criação de uma Câmara Setorial Têxtil e assim, também sugerimos para que seja criada a Câmara do Setor do Vestuário.

Tal solicitação deve-se ao fato de que o nosso Estado tem se destacado pelo gigantesco crescimento do segmento de confecção do vestuário.

A criação de uma Câmara Setorial, em muito contribuiria com a comercialização dos produtos, notadamente para a Região Noroeste, onde se destaca a Cidade de Cianorte, que conta atualmente com mais de 500 (quinhentas) indústrias de confecções.

REQUERIMENTO N° 467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Secretário Especial do Desenvolvimento e Programas Es-

tratégicos, Doutor Kalil Cury Filho, solicitando a criação de um Pólo Têxtil, na Região Noroeste, centralizado no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A criação deste Pólo Têxtil na região, com o destaque para o Município de Cianorte, deve-se ao fato de que a verdadeira vocação industrial já está delineada tendo em vista o surgimento de mais de 500 (quinhentas) empresas do segmento, na região.

A Região Noroeste, notadamente Cianorte e cidades circunvizinhas, desde há muito carentes de uma ação governamental. Essa ação irá atender aos anseios dos empresários e de toda a comunidade, que assim terão suas oportunidades alicerçadas nos programas estratégicos que o atual governo visa desenvolver para o nosso Estado.

O Pólo Têxtil irá colaborar em muito com a solidificação daquela região que já "descobriu" sua vocação industrial.

REQUERIMENTO N° 470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Hermas Brandão, DD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a implantação de Vilas Rurais, no Município de Vila Alta.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Deputado Federal Alexandre Ceranto (Praça Henio Romagnolli, Ed. Centro Comercial - conj. 101/1° andar, Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 em Umuarama), a Prefeitura Municipal de Vila Alta, Senhora Dayse M. Jardim (Av. Tupy s/n, aos Vereadores Valdeci Santini, Edson Pompilio da Silva, Geraldo Pedroso, Santo M. Mello, Jardel Formigoni, Ildemar Martins da Silva, Alcindo Merci, Odilon P. da Silva e Neuza Rekel (Rua Josué Baltazar Rodrigues s/n°, CEP: 87.516-000).

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O programa de implantação de Vilas Rurais vem de encontro à grande necessidade de se melhorar sensivelmente as condições de vida do trabalhador rural, dando-lhe abrigo e oferecendo residência fixa no município com oferta de complementação de ganho com o cultivo de hortas em seu próprio terreno.

O grande alcance social fará sem dúvida deste um dos mais importantes programas do Governo Jaime Lerner.

REQUERIMENTO N° 471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Segurança Pública, solicitando o aumento do efetivo da 2.ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia Militar, sediada em Umuarama - PR.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Vereador Vilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal de Umuarama, Rua Ministro O. Salazar, 4.964 - CEP 87502-070) e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3.800 - 1º andar, sala 101 - Ed. Centro Comercial, Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama, além da proximidade com a fronteira Brasil-Paraguai e da divisa com o Estado do Mato Grosso, é cidade pólo da Microrregião 11 - Entre Rios, formada por trinta municípios e apesar disso, a Corporação responsável pelo policiamento não dispõe de um contingente suficiente para atender às suas reais necessidades.

A situação preocupa a população que se encontra apreensiva com o aumento da criminalidade, constantes assaltos em residências e furtos de veículos.

REQUERIMENTO N° 472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando a liberação de um veículo para combate de incêndios, para o Corpo de Bombeiros do Município de Alto Piquiri.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jair Bertão, vice-Prefeito Municipal de Alto Piquiri (Rua Santos Dumont, 315 - CEP 87580-000) e Senhor Alexandre Ceranto, Deputado Federal (Praça Henio Romagnoli, 3800 - Ed. Centro Comercial - Sala 101/1º andar - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação retrata a preocupação das autoridades municipais e do povo, dada a dificuldade enfrentada atualmente pelo Corpo de Bombeiros no combate ao incêndio, devido a ausência de um veículo devidamente equipado.

REQUERIMENTO N° 478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER envio de expedientes aos Senhores Secretários de Estado da Segurança, Cândido Manuel Martins de Oliveira e da Administração, Reinhold Stephanes Júnior, solicitando complementação do índice de escalonamento vertical para os policiais civis, tendo o Delegado de Polícia como parâmetro.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se da forma mais justa de política salarial dentro da Instituição.

REQUERIMENTO N° 479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER envio de expedientes aos Senhores Secretários de Estado da Segurança, Cândido Manuel Martins de Oliveira e da Administração, Reinhold Stephanes Júnior, solicitando a complementação do índice de escalonamento vertical para os policiais militares, tendo o Coronel como parâmetro.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Cumpre-me salientar que a respeito desta reivindicação, já existe decisão judicial favorável.

Trata-se da forma mais justa de política salarial dentro da Instituição.

REQUERIMENTO N° 480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura, Hermas Brandão, que viabilize recursos, no sentido de distribuir mudas de grama "Tifton" aos pequenos agricultores para formação de pastagens de inverno.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que, segundo a literatura, a grama "Tifton" é resistente à geada e contém grande teor de proteínas, o que pode manter, no inverno, o mesmo índice de produção de leite;

considerando que o custo da grama "Tifton" é onerosa para os pequenos produtores;

considerando ainda que com a produção de leite mantida estável, os preços dos produtos derivados manterão seus custos, é nosso dever entender de grande valia e interesse este programa que sugerimos.

REQUERIMENTO N° 482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Social, Lubomir Fichinski, solicitando cópia de inteiro teor da licitação feita pela SANEPAR, e do contrato assinado com a METALNOR (com todos os pareceres técnicos) para a compra de reservatórios elevados de água.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando:

1. Qual é a proposta do Governo em relação à "Estrada do Boiadeiro", trecho entre Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste?

2. Por que esta estrada, apesar de licitada, não foi concluída.

3. Quanto o Estado do Paraná já pagou para cada empreiteira (em valores atuais - real ou dólar), e quais são as empreiteiras?

4. O que cada empreiteira executou para receber o referido valor?

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Acrescenta o seguinte parágrafo ao Art. 31 da Resolução n° 159 de 28 de dezembro de 1990:

"§ - Ao Deputado, salvo se membro da Mesa, será assegurado o direito de integrar, como titular, pelo menos uma Comissão, ainda que sem legenda partidária ou quando esta não possa concorrer às vagas existentes pelo cálculo da proporcionalidade."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A representatividade parlamentar é conferida pelo povo através do voto, e de acordo com os princípios básicos da democracia deve ser exercida por todos aqueles que foram eleitos, sem distinção de partido, cor ou credo. Assim, o Partido Progressista Reformador - PPR, propõe a presente emenda por entender que a autori-

dade conferida pelo povo, não pode e não deve sofrer qualquer restrição por medidas ou instrumentos que atendam contra a vontade popular em direção à sua representação parlamentar, por atender somente a interesses de pequenos grupos que buscam o poder só para si, traindo a própria vontade expressa pelo povo.

A presente proposta de emenda buscou seguir a norma estabelecida no regimento Interno da Câmara Federal, seguida pela maioria das Assembléias Legislativas dos Estados da Federação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 062/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É obrigatória, nas agências e postos de serviços bancários, de porta eletrônica de segurança individualizada em todos os acessos destinados ao público.

§ 1° - A porta a que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer as seguintes características técnicas:

- a) equipada com detector de metais;
- b) travamento e retorno automático;
- c) abertura ou janela para entrega ao vigilante do metal detectado;
- d) vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis oriundos de arma de fogo, até calibre 45.

§ 2° - Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para uma ou mais agências ou postos de serviços, por meio de acordo coletivo de trabalho celebrado entre as empresas e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná.

Art. 2° - O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta Lei, ficará sujeito às seguintes penalidades:

I - Advertência - para a primeira autuação, devendo o Banco ser notificado, para que efetue a regularização da pendência até 10 (dez) dias úteis;

II - Multa - será aplicada multa de 10.000 (dez mil) UFIR'S por atraso de até 30 (trinta) dias para a implantação de sistema objeto da presente ou quando não houver a regularização do plano previsto de pendência já punida com advertência, ou em caso de terceira advertência, no período de janeiro a dezembro.

III - Interdição - dar-se-á interdição do estabelecimento, após 30 (trinta) dias terminado o prazo, determinado no Art. 3° desta, bem como pelo não pagamento de multa legalmente exigível no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após registrada decisão final.

Parágrafo Único - O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do

Estado do Paraná, poderá representar junto à Secretaria de Estado da Segurança, o (os) infrator (es) desta Lei, que em caso do item II fará encaminhar a infração à Receita Estadual que aplicará a sanção correspondente.

Art. 3º - Os estabelecimentos bancários terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para instalação dos equipamentos exigidos no Art. 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.95

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a importância da segurança pessoal e ocupacional de cidadãos de todas as esferas da sociedade, a segurança em estabelecimentos bancários implica fundamentalmente na aplicação e respeito ao direito de segurança, constante entre as necessidades primárias do homem.

A instalação de portas de segurança nas agências bancárias em outras regiões tornou possível a quase 0 (zero) o índice alarmante de sucesso de assaltos que violam os direitos de cidadãos respeitáveis, evitando inclusive que acontecimentos dessa ordem deixem irreversíveis lesões físicas e/ou emocionais nas vítimas, muitas vezes condenadas a restrições permanentes, quando não óbitos passíveis de serem evitadas caso a medida proposta seja acatada.

Muito mais do que previsto, assaltos são atualmente acontecimentos constantes e ocorrem principalmente em locais onde o objetivo é puramente financeiro, ou seja, bancos são o alvo e estes têm traumatizado a sociedade civil e privada, traumas estes que demonstram a impotência dos serviços de segurança oferecidos à sociedade.

Em um Estado que apregoa a filosofia e estilo de vida de primeiro mundo, a instalação de portas de segurança é muito mais do que atender a uma legislação e muito menos oneroso que os seguros sugeridos pelos banqueiros, que garantem parcialmente, mas jamais asseguram a segurança de funcionários e clientes uma vez acontecido um fato dramático/drástico nas dependências de um estabelecimento bancário.

A instalação do objeto desta, é muito mais do que cumprir uma exigência legal, mas passa a ser fundamentalmente um compromisso para com o povo paranaense e em termos de exigência, o procedimento fará com que governo e sociedade privada cumpram os dispostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos no que tange a segurança pessoal de clientes bem como saúde ocupacional dos funcionários.

Para o Senhor José Afonso da Silva, "a segurança pública não é só repressão e não

é problema apenas da polícia, pois a Constituição, ao estabelecer que a segurança é dever do Estado, direito e de responsabilidade de todos (art. 144), acolheu a Concepção do I Ciclo de Estudos sobre Segurança, segundo a qual é preciso que a questão, seja discutida e assumida como tarefa e responsabilidade de todos, Estado e população."

Legisla portanto o Estado, com base em sua autonomia. Esta é assegurada pelos arts. 18 e 29 e garantida contra os Estados nos Art. 34, II, "c" da Carta Magna. E autonomia significa capacidade ou poder de gerir a própria administração.

Qualquer iniciativa para a proteção do sistema bancário é louvável, visto que a sua compensação é considerada atividade essencial, nos termos do art. 10, inciso XI, da Lei nº 7.783, de 28 de julho de 1989 (Lei de Greve).

As despesas decorrentes da instalação dos equipamentos de segurança serão com certeza menores do que prejuízos advindos de eventuais assaltos, trarão mais segurança à população amedrontada que certamente aplaudirá a medida.

PROJETO DE LEI Nº 063/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a Universidade Metropolitana de Curitiba - UNIMEC, sob regime de autarquia.

Art. 2º - A Universidade Metropolitana de Curitiba será constituída pela dotação de recursos da Educação superior, no Orçamento Geral do Estado, e se organizará progressivamente, em um programa de expansão gradual.

Art. 3º - A Universidade Metropolitana de Curitiba (UNIMEC) terá sua estrutura física diversificada em prédios estaduais existentes, com sede e reitoria na Capital do Paraná.

Art. 4º - Fica criada Comissão Organizativa e Constitutiva da UNIMEC, composta de 7 (sete) membros, sob coordenação de um representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Com a instituição do ensino superior, a expansão do Estado, em Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Cornélio Procopio, Palmas, Paranaguá e outras, não cessou a carência de melhor distribuição dos cursos superiores e não desapareceu o direito dos paranaenses de terem melhor acesso à educação universitária.

A omissão do Governo Federal, da sua responsabilidade para com a formação universitária no Paraná acutila os governos democráticos para uma atitude lúcida e firme, no sentido de não transformar esse direito de acesso educacional em pendenga política, em entrecchoque político que procrastine os direitos democráticos. Daí a razão deste projeto de lei.

A Região Metropolitana de Curitiba abriga cerca de 1/3 da população do Estado e os estudantes filhos de famílias de baixa renda estão disputando vagas com vestibulandos de todo o País, na Universidade Federal do Paraná, e com todos os estudantes de alta e média renda, se e quando tentar obter uma vaga nas faculdades privadas.

Sabemos que a interiorização do ensino superior no Paraná, justamente quando se acelerava o êxodo rural, acabou obscurecendo a nova realidade social e cultural que se formava na Região Metropolitana de Curitiba, hoje com enorme e pouco avaliado déficit de vagas nas escolas de 3º grau.

Estamos tentando reparar essa situação, ainda que o Governo do Estado se lastime dos custos da educação superior estipendiada pelo Estado. Todavia, cabe ao Estado arcar com os custos com a educação, proporcionando aos filhos de pais com baixa renda o direito de estudar em uma Universidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 064/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a construir e financiar, total ou parcialmente, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, a construção de moradias populares, destinadas ao pequeno produtor rural, pelo sistema denominado de "Casa do Produtor Rural", no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Sistema denominado de "Casa do Produtor Rural", será implantado em áreas rurais de até 20 (vinte) hectares, pertencente ao interessado ou em assentamentos oficializados pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal, no território paranaense.

Parágrafo Único - Nos assentamentos oficializados pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal, no território do Estado, o Sistema "Casa do Produtor Rural" atenderá às famílias individualmente, nas suas respectivas áreas de terra.

Art. 3º - As moradias do Sistema denominado de "Casa do Produtor Rural", não poderão ser transferidas de proprietários, enquanto perdurar o financiamento junto à

Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, excetuando-se os parentes de proprietários até o 2º grau em linha reta.

Art. 4º - A construção das moradias pertencentes a este Sistema, não poderá exceder a 70 m. (setenta metros quadrados).

Art. 5º - Os pretendentes a inclusão neste Sistema, não poderão possuir outro imóvel rural ou urbano, além do previsto no artigo 2º, desta lei.

Art. 6º - Os pagamentos das prestações das moradias do Sistema denominado de "Casa do Produtor Rural", far-se-ão total ou parcialmente, por intermédio da equivalência de produtos agrícolas: milho, arroz, feijão, algodão, trigo ou outros produtos agrícolas, que assim entender a Secretaria de Estado da Política Habitacional em conjunto com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Parágrafo Único - Os produtos agrícolas que servirão como forma de pagamento através de equivalência, terão que ser produzidos nas áreas agrícolas aludidas no artigo 2º, desta lei.

Art. 7º - Fica facultado aos proprietários do Sistema, o financiamento total ou parcial da construção, através da Secretaria de Estado Especial de Política Habitacional.

Art. 8º - A construção das moradias por este Sistema, será supervisionada tecnicamente e fiscalizada pela Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional ou por delegação desta, às Prefeituras Municipais.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente plano de lei é contribuir sobremaneira para a fixação dos nossos pequenos agricultores ao campo, além do que, atender a uma de suas mais antigas reivindicações: a de ter a sua casa própria, construída condignamente para abrigar sua prole.

Descapitalizados pela anti-política agrícola desenvolvida nos últimos anos pelo Governo Federal, os pequenos agricultores, desamparados por toda sorte e fundamentalmente por uma política agrícola que o estimule, têm abandonado o seu pequeno pedaço de chão, na vã ilusão de que os grandes centros urbanos poderão trazer para si e sua família, dias melhores.

Os reflexos desta política ficaram registrados pelos movimentos migratórios campo-cidade, com o deslocamento da população rural rumo aos centros urbanos. Observa-se, tristemente, a saída da popula-

ção jovem do meio rural, às vezes em busca de realizar seus estudos e na maioria das vezes, atraídos pela oferta de um bom emprego na área urbana.

O que acontece, porém, é que ao chegarem nas cidades são marginalizados por um capitalismo selvagem. Não há trabalho para mão-de-obra não especializada indo, como consequência, morar nas favelas, não podendo prover o sustento da família e muito menos dar estudo aos filhos.

Esta ordem de valores, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que precisamos inverter com a máxima urgência. O assunto é por demais sério e delicado. Dificuldades para implantar tal sistema? Claro que vai haver, mas com boa vontade e visão humanitária, estas serão perfeitamente superadas e, com certeza, valerá a pena.

Com esta propositura, estaríamos aumentando a produção agrícola do nosso Estado, notadamente com o incentivo através do pagamento das prestações da Casa do Produtor Rural, através de produtos agrícolas.

Neste mesmo patamar, estaríamos definitivamente avançando no processo de fixação do homem ao campo.

De igual forma, estaríamos privilegiando os assentados do nosso Estado, que por não terem suas terras legalizadas, do ponto de vista da transcrição, não ficariam excluídos dos financiamentos para construir suas moradias.

Este ordenamento de idéias está aberto às sugestões que visem melhorar a iniciativa e viabilizá-lo, caminhando assim, para que sirva como um verdadeiro instrumento jurídico, com vistas a contribuir decisivamente no equacionamento da problemática habitacional do nosso trabalhador rural.

Muito obrigado!

PROJETO DE LEI N° 065/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada como Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santo Antônio do Caiuã, com sede e foro no Município de Santo Antônio do Caiuã.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santo Antônio do Caiuã, é uma entidade civil de caráter filantrópico, que tem por finalidades precípuas manter e incentivar a criação de

estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social ao excepcional; promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares; estimular o trabalho dos excepcionais por meio de exposições, oficinas produtivas e das medidas que forem julgadas necessárias; esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa aos excepcionais; promover medidas comunitárias de âmbito municipal e regional, que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar do excepcional, onde quer que se encontre; levar o público a conhecer melhor o problema do excepcional e cooperar com as entidades interessadas no mesmo problema.

Em suma, o trabalho com os excepcionais, de caráter extremamente sacrificial, ao mesmo tempo altamente recompensador, reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a intensa atenção dedicada aos excepcionais, procurando a efetiva inserção dos mesmos à sociedade, para que tenham uma vida o mais próximo possível do normal, contribuindo inclusive com o soerguimento da sociedade.

Assim, tendo em vista os motivos acima elencados, é que o presente projeto de lei merecesse aprovado por esta douta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 066/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É obrigatória a utilização de aparelho sensor de gás, como prevenção para detectar vazamentos nos estabelecimentos e prédios residenciais, a seguir descritos, do Estado do Paraná, que utilizem botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) e/ou gás encanado de nafta ou natural:

I - Todos os estabelecimentos comerciais, industriais, clubes, entidades, hospitais, escolas, hotéis, motéis, restaurantes, bares e similares, sem distinção;

II - Todos os imóveis residenciais, sendo que, nos prédios, cada apartamento deverá ser equipado com sensor;

III - As áreas comuns dos condomínios e prédios onde hajam instalações de medidores e/ou depósito de botijões;

IV - Os imóveis cujos projetos de construção já foram aprovados, bem como aqueles que ainda não foram analisados pelo órgão competente, dependerão do cumprimento da presente lei;

V - As edificações iniciadas ou concluídas em data posterior a esta lei, ficam igualmente enquadradas ao escopo da legislação, cabendo ao órgão fiscalizador, quando da concessão do "HABITE-SE", a exi-

gibilidade de instalação, objetivando a estrita observância do cumprimento dos termos legais.

Parágrafo Único - Para os casos previstos neste artigo, será exigido pelo órgãos fiscalizador, além da instalação do(s) equipamento(s) detectores de vazamento de gás, sua integração ao Sistema Central de Segurança (Corpo de Bombeiros), ou à portaria central do prédio que, concomitantemente à emissão do alarme na unidade autônoma (apartamento, sala comercial, salão de festas, etc...) sinalizará a ocorrência do problema, independentemente da presença física de pessoas no local do vazamento, a fim de que, possam ser tomadas medidas preventivas, em tempo hábil a se evitar um acidente, salvaguardando sobretudo, a segurança coletiva.

Art. 2º - "Sensor de vazamento de gás", é a nomenclatura utilizada para designar equipamento eletrônico de segurança preventiva, por meio do qual, se pressente a presença de gás estranho em determinado ambiente. "DETECTOR DE VAZAMENTO DE GÁS".

§ 1º - Para os efeitos desta lei, o equipamento sensor de gás terá, obrigatoriamente, que pressentir a presença indesejada dos gases:

a) GLP - Gás liquefeito de petróleo (mistura propano e butano), comumente chamado: botijão de cozinha, engarrafado, etc...

b) NAFTA / NATURAL - Gás utilizado pelas Companhias Estaduais, fornecido encañado e chamado de "gás de rua".

§ 2º - Segundo dados fornecidos pelas Companhias Estaduais de Gás, o limite de explosividade médio do GLP (gás liquefeito de petróleo) é de 1,92% de gás no ambiente e do gás nafta/natural é de 4,80% de gás no ambiente.

§ 3º - Guardadas as distintas características de explosividade dos gases em questão, o equipamento detector de vazamento de gás, terá obrigatoriamente que acusar a presença do gás indesejado no ambiente, em concentração suficientemente menor que o limite de explosividade da mistura gás/ar, salvaguardando tempo hábil para que as medidas corretivas e de segurança sejam adotadas.

§ 4º - A constatação da presença de gás estranho no ambiente, pressentida pelo detector de vazamento de gás, terá, que, obrigatoriamente, sinalizar de maneira audível e ininterrupta, com intensidade suficientemente adequada (aproximadamente 25 decibéis), desde o momento de sua detecção (25% do limite de explosividade), a fim de que não passe despercebida, mesmo à distância, e à iminência do perigo.

Art. 3º - O dispositivo legal institui

a obrigatoriedade do uso de equipamento detector de vazamento de gás, independentemente de:

- I - Ser Gás GLP (gás liquefeito de petróleo);
- II - Ser de NAFTA/NATURAL;
- III - Sua finalidade;
- IV - Sua periodicidade de consumo;
- V - Já observados outros critérios de segurança nas instalações e utilização de gás.

Art. 4º - Como os equipamentos detectores de vazamento de gás, captam a presença de gás circunscrita a uma distância determinada do ponto vazante, deverão ser utilizados tantos equipamentos, quantos forem necessários, para a abrangência dos pontos de possíveis vazamentos, respeitando-se o alcance territorial máximo de cada equipamento detector de vazamento de gás, que, em geral, é de 4,0 metros de raio.

Parágrafo Único - O mesmo se aplica ao armazenamento de GLP, destinado ao consumo, em consumo ou para revenda, independentemente do tamanho do recipiente ou dos critérios de segurança utilizados.

Art. 5º - A localização é definida pela observância dos chamados "pontos de risco", isto é, locais suscetíveis a vazamentos originários:

- I - pelo desgaste natural ou provocado por instalações;
- II - pela presença de conexões destinadas à acomodação de registros de fluxo de rede ou rede ou registros de alimentação (aberto/fechado);
- III - pelo manuseio na substituição de botijões (GLP);
- IV - pela negligência do usuário na utilização das instalações de gás ou de equipamentos e utensílios a gás;
- V - pela presença de relógios e/ou medidores, onde existam conexões e pontos de medição de fluxo.

Art. 6º - O aparelho detector de vazamento de gás deverá apresentar células que detectem os dois tipos de gás simultaneamente (gás liquefeito de petróleo e gás nafta ou natural).

Art. 7º - O equipamento detector de vazamento de gás, deverá apresentar-se em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor.

Art. 8º - O equipamento detector de vazamento de gás, por se tratar de acessório de segurança preventiva, e que, para tal, não poderá transparecer falsa sensação de segurança, terá que, obrigatoriamente, contar com laudo técnico emitido por Companhia de gás qualificada para es-

ta finalidade e, apresentar, impresso no produto, alusão ao referido laudo, a fim de que o Órgão Fiscalizador possa confrontar, segundo seu cadastro, a confiabilidade e procedência do equipamento utilizado.

Art. 9º - Não obstante referenciar a conformidade com o laudo técnico, nos equipamentos também deverão constar, obrigatoriamente, a data de instalação e as datas das inspeções semestrais de funcionamento que, deverão ser feitas pelo fabricante ou pela empresa fornecedora do gás.

Art. 10 - Para assegurar total eficácia no desempenho e, conseqüentemente, nos resultados almejados, deverão ser observados nos equipamentos detectores de vazamento de gás, não só critério de validade, periodicidade de manutenção, bem como as demais recomendações do Manual Técnico do Fornecedor, devidamente certificado e cadastrado no Órgão Fiscalizador.

Art. 11 - O Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar é Órgão responsável pela fiscalização do cumprimento desta lei.

Art. 12 - A inobservância total ou parcial do disposto legal, sujeitará o infrator responsável, às penalidades previstas na lei, advertência com prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento, sob pena de multa de 12 (doze) UFIR's, cobrado em dobro em caso de reincidência.

§ 1º - Os estabelecimentos comerciais e industriais estão sujeitos, na não observância do texto legal, independentemente das penalidades e multas, a interdição, promovida pelo Órgão Fiscalizador, até que se enquadre aos parâmetros da lei.

§ 2º - Os recursos arrecadados, provenientes da aplicação das multas referidas no "caput" deste artigo, serão integralmente destinados à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, especificamente para programas de assistência ao menor.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Hã anos, tem sido comum as notícias sobre acidentes causados por vazamentos de gás de cozinha, originando explosões com vários feridos, vítimas fatais e prejuízos materiais de grande monta. Também são comuns os noticiários que relatam os casos de morte por inalação acidental de gás va-

zado, uma vez que os gases mais usados pela população são inodoros e anestésiantes, e passam despercebidos até que geram explosões ou matam por asfixia, conforme coletânea de notícias veiculadas pela imprensa.

Estes fatos devem-se ao mau estado de conservação dos botijões, registros, encaamentos, bicos e aquecedores, pelo manuseio negligente dos equipamentos e utensílios a gás, ou relacionados ao sistema de gás, bem como por diversos outros fatores, não constatáveis facilmente, a não ser por sensores, tecnicamente aprovados, capazes de garantir prevenção e segurança.

Lançando mão da tecnologia atual, faz-se necessária a aprovação da presente lei, a fim de nos enquadrarmos aos mais altos padrões de segurança mundial, para evitar danos materiais, físicos e morte dos que habitam e de terceiros que estão expostos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado César Seleme.

O SR. CESAR SELEME - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, subo nesta Tribuna por dois motivos, primeiro para apresentar o Projeto de Resolução, como eu falei dias passados nesta Tribuna, para modificar o Regimento Interno para que os Deputados que não têm número suficiente em suas legendas participem das Comissões.

(Lê):

"PROJETO DE LEI Nº
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :
PROJETO DE RESOLUÇÃO

Súmula: "Acrescenta novo parágrafo ao Artigo 31 da Resolução nº 159, de 28 de dezembro de 1990"

Art. 1º - Acrescenta o seguinte parágrafo ao art. 31, da Resolução nº 159, de 28 de dezembro de 1990.

"§ - Ao Deputado salvo se membro da Mesa, será assegurado o direito de integrar, como titular, pelo menos uma Comissão, ainda que sem legenda partidária ou quando esta não possa concorrer às vagas existentes pelo cálculo da proporcionalidade".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.95.

(a) CESAR SELEME
Líder do PPR"

JUSTIFICATIVA:

A representatividade parlamentar é conferida pelo povo através do voto, e de acordo com os princípios básicos da democracia deve ser exercida por todos aqueles que foram eleitos, sem distinção de partido cor ou credo.

Assim, o Partido Progressista Reformador - PPR, propõe a presente emenda por entender que a autoridade conferida pelo povo, não pode e não deve sofrer qualquer restrição por medidas ou instrumentos que atendam contra a vontade popular em direção à sua representação parlamentar, por atender somente a interesses de pequenos grupos que buscam o poder só para si, traindo a própria vontade expressa pelo povo.

A presente proposta de emenda buscou seguir a norma estabelecida no regimento Interno da Câmara Federal, seguida pela maioria das Assembléias Legislativas dos Estados da Federação.

Espero a tramitação normal deste Projeto de Resolução, e quando o processo vir a este Plenário eu peço o apoio dos Senhores Deputados para que uma vez por todas também se faça justiça, legalmente pelo Regimento Interno, a todos os Deputados que estão eleitos e fazem parte desta Casa.

O segundo assunto Senhores Deputados que me traz a esta tribuna é a apresentação na data de hoje, de um Projeto de Lei que quando eu, de passagem pela Câmara Municipal de Curitiba, já tive a oportunidade de apresentar naquele Legislativo, e foi aprovado em Plenário por maioria absoluta, e eu tenho certeza pelo alto alcance social que representa, este Legislativo Estadual também não deixará no momento oportuno, de aprovar este Projeto.

É o Projeto que torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Resumidamente é um projeto com seis artigos. Vou passar a ler rápido para que os Senhores Deputados tomem conhecimento, porque na justificativa, Senhores Deputados e Senhor Presidente, eu argumento e justifico que os bancos se preocupam muito com os seus patrimônios, com o seu seguro, com o seu dinheiro, mas quanto a vida do seu cliente e a vida dos bancários, pouco é feito por isso, razão pela qual estamos apresentando este Projeto, na tarde de hoje, neste Legislativo, para que se torne efetivamente também uma Lei, a nível de Estado do Paraná.

E não poderia deixar também de apelar para pessoas que hoje têm contato com o Paraná inteiro como o Deputado Alborghetti, Carlos Simões, Algaci Túlio, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins, Jocelito é de-

mais Deputados que têm programa de rádio e televisão, que façam uma chamada a nível estadual, para seus vereadores, porque também a nível municipal, poderá ser apresentado este projeto, para que exijam dos estabelecimentos bancários a obrigatoriedade na instalação de Portas de Segurança.

Porque se a Prefeitura não fornecer o Alvará de funcionamento também deixará de existir a agência bancária. E se houver infração nas agências que já existem, poderá, com advertência ser multada e até a cassação do alvará de funcionamento.

Para que os Senhores Deputados tomem conhecimento do principal processo, passo a ler, é bem rápido, bem sucinto.

Senhor Presidente, se o meu tempo esgotar requieiro, desde já, o tempo da minha Liderança, para a explanação desse Projeto. (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É obrigatória, nas agências e postos de serviços bancários, instalação de Porta Eletrônica de Segurança Individualizada, em todos os acessos destinados ao público.

§ 1º - A porta a que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer as seguintes características técnicas:

- a) equipada com detector de metais;
- b) travamento e retorno automático;
- c) abertura ou janela para entrega ao vigilante do metal detectado;
- d) vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis oriundos de arma de fogo, até calibre 45.

§ 2º - Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para uma ou mais agências ou postos de serviços, por meio de acordo coletivo de trabalho celebrado entre as Empresas e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná.

Art. 2º - O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta Lei, ficará sujeito às seguintes penalidades:

I - ADVERTÊNCIA - Para a primeira autuação, devendo o Banco ser notificado, para que efetue a regularização da pendência até 10 (dez) dias úteis;

II - MULTA - será aplicada multa de 10.000 (dez mil) UFIR'S por atraso de até 30 (trinta) dias para a implantação de sistema objeto da presente ou quando não houver a regularização do plano previsto de pendência já punida com advertência, ou em caso de terceira advertência, no período de janeiro a dezembro.

III - INTERDIÇÃO - Dar-se-á interdição do estabelecimento, após 30 (trinta) dias

terminado o prazo, determinado no Artigo 3º desta, bem como pelo não pagamento de multa legalmente exigível no prazo de 48 (quarenta e oito horas) úteis após registrada decisão final.

Parágrafo Único - O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, poderá representar junto à Secretaria de Estado da Segurança, o (os) infrator (es) desta Lei, que em caso do item II fará encaminhar a infração à Receita Estadual que aplicará a sanção correspondente.

Art. 3º - Os estabelecimentos bancários terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para instalação dos equipamentos exigidos no Art. 1º, desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.95.

(a) CESAR SELEME
Líder do PPR"

Senhores Deputados, é uma Lei eminentemente social, a justificativa que fiz, não vou ler para não cansar os Senhores Deputados, todos na hora oportuna, com debate desse Plenário, terão conhecimento, tem pareceres de diversas pessoas ligadas à segurança em diversas cidades do Paraná, diversos Estados da Federação, pessoas que têm muito conhecimento, o que representa essas portas de segurança instaladas e obrigatoriamente exigidas nas agências em todo o Estado do Paraná.

E em contato, Senhor Presidente, Senhores Deputados com o Secretário da Segurança na semana passada, tive a felicidade de saber que na próxima semana será feito um Fórum em Curitiba, que será convocado o Presidente Nacional dos Bancos, Doutor Maurício Schulman para ver se de imediato já à nível de Curitiba, sejam instaladas essas portas. E para que tenhamos o instrumento legal, precisamos na hora certa aprovarmos essa Lei a nível do Estado do Paraná.

Os Senhores Deputados poderão, também, com suas brilhantes idéias e iniciativas, estamos abertos para emendas, o importante é que essa Lei se torne legal e existente no Estado do Paraná para que se possa ter maior segurança, tanto para o cliente das agências bancárias, como para o próprio funcionário que permanece oito ou dez horas às vezes e nada é feito a nível de proprietários de bancos.

Em Curitiba, esta Lei já está em vigor há mais de um ano, mas nós temos praticamente apenas 15 agências Senhores Deputados, com essas portas instaladas.

Ficou encarregado em Curitiba da Fiscalização, o Sindicato dos Bancários.

Vai aqui também a minha cobrança a nível de Sindicato porque tem uma Lei em vigor, tem as advertências previstas, tem a multa, tem as sanções, então os sindicatos dos Bancários de Curitiba a nível de Curitiba, tem se posicionar, como está indo, porque não é cumprida a Lei no Município de Curitiba? E tão logo, também, seja aprovada esta Lei vamos cobrar das autoridades competentes, da Secretaria da Segurança, também do Sindicato para que essa Lei seja aplicada a nível de todo o Estado do Paraná.

Senhores Deputados, muito agradecido pela atenção, e estamos abertos para qualquer explicação em qualquer momento.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez uso a tribuna desta Casa para dizer que estivemos no último final de semana no Município de Goioerê aonde juntamente com as Lideranças, Vereadores, Prefeitos, funcionários, alunos, professores, reitores da Universidade Estadual de Maringá, aonde pudemos participar e debater o problema daquela universidade extensão de Maringá. E queremos deixar registrado aqui que como representante da região da CONCAN, Região Centro Oeste do Paraná, dos Municípios de Goioerê, Mariluz, Moreira Sales, aonde nós, Deputado Estadual Nelson Tureck acatamos a sugestão e já conseguimos audiência com a vice-Governadora Emilia Belinati, também com o Secretário da Ciência e Tecnologia Alex Beltrão para que essa Faculdade, essa Universidade lá em Goioerê não pare, porque com três anos de fundação desse Campus da Universidade os recursos foram apenas da Fundação, e recursos dos Prefeitos. Sabemos, Senhores Deputados que as Prefeituras Municipais hoje não têm condições para sustentar uma universidade. Sabemos dos problemas que enfrentam os Prefeitos, para solucionar os seus problemas que são com a área da educação, que é de primeira à quarta série. Sabemos também que os prefeitos municipais fazem o transporte escolar dos alunos de 2º grau e 3º e é por isso que nós, juntamente com aquela comunidade estamos amanhã, com a vice-governadora do Estado do Paraná Emilia Belinati, com o Secretário da Ciência e Tecnologia Alex Beltrão, para que seja feita alguma coisa àquele povo, àqueles jovens. São 320 alunos matriculados e aqui vou dizer alguns detalhes, principalmente de uma re-

gião rica igual é a região de Goioerê.

O Projeto Campus Regional de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá foi planejado para a implantação de três cursos universitários: Engenharia Têxtil e Engenharia de Alimentos que traduzem o sentido da comunidade do Vale do Piquiri que tem na agroindústria a base de sua economia, e, oferece ao Estado do Paraná e ao Brasil a oportunidade ímpar de geração de tecnologia e formação de recursos humanos, instrumentos decisivos junto ao Mercosul. É o curso de Licenciatura Plena em Ciências, que tem como filosofia principal a integração da Ciência, Tecnologia e Sociedade, através da interdisciplinaridade no processo de produção e construção científica.

As atividades foram iniciadas em março de 1992 com classes de 40 alunos nos cursos de Engenharia Textil e Licenciatura Plena em Ciências. Hoje, em 1995, existem 320 alunos matriculados.

JUSTIFICATIVA CARACTERIZAÇÃO

No setor de fibras naturais, o Paraná apresenta-se como maior produtor nacional de algodão e rami, sendo que Goioerê e região são responsáveis por aproximadamente 50% do algodão. Também se destaca como grande produtor e exportador de seda em casulos e possui um dos maiores rebanhos de ovinos do país.

Do algodão e rami apenas pequena parcela é manufaturada, o restante é exportado e/ou vendidos para outros centros. O destino do rebanho é apenas fornecer carne para consumo.

Dizer aos Senhores Deputados com o novo Programa do Governo Jaime Lerner, que a transformação desse Estado é o "Paraná Novos Caminhos", onde temos nessa região o centro de Desenvolvimento Regional e com Campo Mourão sendo uma das sedes do Paraná, das seis capitais, onde Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Campo Mourão, Londrina e Maringá, tenho certeza que o Governo do Estado do Paraná irá olhar pelo futuro do nosso interior, principalmente pela área da industrialização e que nós precisamos desses jovens, que sejam formados no Estado do Paraná e principalmente no interior, porque vamos exportá-los para os outros Estados do Brasil e dizer que com o apoio desta Casa de Leis, com o apoio do governo Jaime Lerner, com o apoio da vice-Governadora do Estado do Paraná e de todos os Secretários, tenho certeza que já vai começar uma nova vida, nova fase, principalmente para a nossa região de Campo Mourão que foi uma das regiões mais esquecidas do governo anterior e que nós ouvimos recentemente do Secretário dos Transportes, onde se gastou no governo de

Jaime Canet Jr. na Secretaria dos Transportes de 120 a 150 milhões ao ano. Se gastou no governo Álvaro Dias, 300 milhões de dólares ao ano pela área de investimento de asfalto e adequação de estradas e nós vemos, no governo de Roberto Requião, que se gastou de 120 a 80 milhões de dólares e hoje nós vemos comprometido o orçamento das Secretarias de Transportes, em 550 milhões de dólares para 1995 e é por isso que vemos que o governo é obrigado a fazer cortes no orçamento do Estado em mais de 300 milhões de dólares.

Era isso que nós tínhamos para dizer, para defender os nossos alunos, o nosso futuro lá do interior do Estado do Paraná para junto com o governo Jaime Lerner, nós transformarmos um Estado de verdade, um Estado rico, produtivo, igual é o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorno ao passado não muito distante: quando cheguei a esta Casa, cheguei com aquela expectativa de que iria colocar no papel e depois quando o papel saísse(?) da máquina chegaria ao Plenário, o Presidente diria: O projeto pede apoio, vai às Comissões, retornava à Casa e eu levava pau. Por quê? Porque eram idéias de primeiro mundo. Idéias que você coloca no papel com o objetivo de que alguém enxergue. Lembro-me na campanha política agora, estava assistindo o TRE e vejo o meu particular amigo, Governador Álvaro Dias, colocar no horário do TRE um projeto meu, que apresentei nesta Casa. Aí fiquei enganado. Falei, puxa, até que enfim a minha idéia. Apresentei um projeto aqui criando o cursinho gratuito para os estudantes carentes do Estado do Paraná. E foi para o Palácio, disseram que eu era louco: Oh, mas não temos dinheiro para gastar, como é que você quer, isto não existe. Mas no horário do TRE saiu. Talvez o desespero de que Jaime fosse o Governador, aí colocaram o meu projeto. Fiquei feliz de ver o meu projeto no horário do TRE. Falei, barbaridade, que coisa linda. Mas não é por aí. Lembro quando a Deputada Irondi no meu primeiro mandato, a Deputada Irondi foi a maior defensora permita-me Deputada, talvez os novos não saibam, a senhora foi a maior defensora do social na Constituição do Estado do Paraná. Quantas emendas eu assinei com V.Exa. e nada foi encaminhado. Pouca coisa.

Lembro-me da sua alegria da Delegacia da Mulher, a senhora lembra da sua felicidade quando foi construída a Delegacia da

Mulher, o tanto que debatíamos, brigávamos em Plenário para que isto fosse colocado em prática, depois parou, não deram seqüências às idéias que a senhora colocou na Constituição do Estado do Paraná. Quantas emendas fiz, eu, a senhora o Deputado Haroldo, a senhora lembra, a respeito dos menores que o Deputado Ricardo Chab falou e muito bem no horário do TRE, mostrando o lado escuro, cretino, imbecil dos delinquentes que arrebatam os nossos lares, violentam a mulher, as famílias brasileiras do meu Estado.

Lembro que o Deputado Algaci fez um projeto uma vez, Deputado Algaci o Senhor lembra, emendei o seu projeto, todas as delegacias de Polícia do Paraná, todas têm carros recuperados e os carros ficam apodrecendo. Digam-me se isto é mentira, algum dos Senhores me diga se é mentira, Deputado Ricardo, a maioria dos carros são abandonados dentro da delegacia e viram cabritas de policiais para levar as suas esposas ao supermercado, ao shopping, para o seu lazer.

O Deputado Algaci entrou com um projeto exigindo a obrigatoriedade do Governo que todos os carros fossem divulgados nos jornais: por exemplo, Estado do Paraná, na Folha de Londrina, Gazeta do Povo, no Jornal Indústria e Comércio, nos jornais do interior.

Então, toda a quinta-feira saíria ali uma página dos carros encontrados na Delegacia de Sertaneja, de Campo Largo, de Londrina, das delegacias de Curitiba, então, você veria, puxa o meu está aqui, emendei para que isto também fosse colocado nas televisões e nos rádios do Paraná. Por exemplo, se o Senhor, Deputado Jocelito, tivesse seu carro roubado, o Senhor assistiria uma vez no sábado um programa em Rede Estadual do Governo, pago pelo Governo? Ele dizia: "carro monza, SLE, injeção eletrônica, uma mancha aqui, placa tal". Daí você fala: "O meu carro está naquela delegacia". Não foi colocado em prática. Sabem o que disseram para mim e para o Deputado Algaci: "era muito, gastava muito dinheiro, não dá, isso é loucura". Nada dá! Aí vem o Deputado Cesar Seleme, Deputado que idéia linda, despertou a minha atenção, já divulgamos isso no meu programa de televisão.

E agora na Rede Independência estou debatendo, porque o Senhor Secretário de Segurança, o Senhor não sabe, quero lhe contar bem baixinho, fez uma operação dia do pagamento. Não tiro o mérito dele, acho que o Secretário tem que dar a cara para bater, não pode esperar o Governador dizer: "você vai fazer isso, vai fazer aquilo".

Não, o verdadeiro político, é como a mensagem à Garcia, quando mando um funcio-

nário meu buscar alguma coisa não preciso dizer a ele: "olha é na rua tal, ônibus tal, você pega o ônibus aqui e desce ali". Não! Para trabalhar comigo ele tem que levar a mensagem à Garcia. Muito bem, o Secretário fez uma operação, achei fantástico, parou a Rua XV, viaturas, aquele espetáculo, operação dia do pagamento, foi fantástico.

No exato momento em que descia o Senhor Secretário de Segurança, acompanhado com policiais, no exato momento que ele lançou a operação no calçadão, não de Londrina, de Curitiba, a agência do BRADESCO no Boqueirão estava sendo invadida por cinco homens armados com granada e armamento de grosso calibre. Gente, isso é hipocrisia, não dá, esse tipo de marketing não dá mais.

Enquanto se lança uma operação lá os bandidos estavam do outro lado. Para que divulgar? Se vai fazer uma operação tem que fazer em todos os bancos, não na elite. "Estamos aqui, nós somos os defensores, a partir de hoje não há mais assalto, acabou". Mas lá no Boqueirão levaram tudo o que tinha dentro do banco.

Então, volto, acho interessante nos Países de primeiro mundo, quando o senhor vai a São Paulo, Rio, Santa Catarina, você passa na guarita da Polícia Federal, se você tiver com uma arma acusa, com uma faca, acusa, se for rádio acusa. Isso seria interessante de colocar no banco. Quem não deve não teme. Você pode entrar no banco, se você entrou, a porta de vidro ela não abre, você passou, se você não estiver armado a porta abre e você entra. Isso é normal nos Países de primeiro mundo. Só um burro não entende isso. Você entra, pára, o detector diz...

Estou usando o Horário do PTB se Vossa Excelência me permite, só para concluir.

Se por exemplo no Boqueirão tivesse o seu projeto os bandidos iam entrar e a granada ia aparecer, os armamentos iam aparecer, e aí então evitaríamos uma violência, evitaríamos um assalto ao BRADESCO, ao BAMERINDUS, ao City Bank, ao Banco de Londres, ao Banco de Tóquio, seja lá o banco que quiser.

Então, acho fantástica a tua idéia, Deputado Cesar, brilhante, desde que seja colocada em prática, desde que emendemos o orçamento, que não se gaste em propaganda mas sim na área da Educação, na área da Saúde, da Segurança, para que haja dinheiro para fazer o seu projeto.

É muito fácil fazer um projeto que num restaurante não se fuma, no outro não se bebe, acho mais importante proibir a propaganda do cigarro, na televisão!

Estes dias, Deputado Belinati, não sei, o Senhor pode ligar qualquer televisão, o cigarro Free lançou uma propaganda

que me parou! Parou! Aparece um menino da idade do meu filho, do Luiz Eduardo, está fazendo natação, você está preocupado, você está cuidando, você está vendo o porte atlético, você está com medo... Vejo na televisão e vi o que a propaganda faz com os filhos do Paraná e do Brasil! Aparece um rapaz, com uma jaqueta de couro e diz: "Ah, não tô nem aí, o negócio é comigo mesmo, que se dane, que se exploda o mundo, é o que faz a diferença". Aí ele dá um soco no ar, aí aparece, esse fuma Free. O que é que tem a ver? O que é que tem a ver!

O que tem a ver, usar um jovem para dar um soco na televisão para dizer: "Aí meu, eu tô por cima, meu pai é quadrado, minha mãe é quadrada!" Fume Free! Tem baixos teores, não sei o quê.

Agora, meu filho assistindo no quarto, ou seu filho, ou seu neto, Deputado Antônio, somos avôs, tem outros que são avôs aqui, ora, isso induz nossos filhos! Agora vou experimentar esse Free, aí eu fico desse jeito.

É a mesma coisa quando o Jô Soares aparece na televisão, isso é problema dele, porque eu também gravo comercial, tanto é que vou gravar um amanhã, vai passar no Paraná inteiro. Não concebo o Jô Soares aparecer na televisão, o barman põe um gelinho, sacode, põe o Run Bacardi... e o Jô pega... suspira... - "Não existe nada melhor do que isso." E a do Drury's? Já viram a propaganda do Drury's? Aparece o Frank Sinatra, aí você para, ele está cantando New York, a música é linda, você fica de olho estalado, aí aparece um avião, aparece um carro último tipo, vruuumm, aí aparece uma gata de cabeceira, e aparece outro gatinho, ele pega o uísque e diz: "Esse é o melhor uísque, o melhor scotch do mundo!" Como se você tomando aquilo fosse ter avião, uma gatinha daquelas, a roupa bonita que ela tem! Agora querem acabar com a bebida alcoólica, proibir o cidadão de tomar, toma quem quer, morre quem quer, fuma quem quer.

Como disse o Deputado Antônio Belinati outro dia num jornal que estava lendo, "eu elogio quem eu quero, falo o que quero, vivo num País democrático, não vivemos num País de exceção", o Senhor não disse isso. Então, cada um faz o que quer, agora, vamos acabar com a hipocrisia, vamos lavar a cara e tirar a máscara, acabar com esta palhaçada: o fumo mata, a bebida alcoólica entope aqui, lá, você tem que parar, pelo amor de Deus, aquelas campanhas. É como no carnaval agora, a AIDS só dá no carnaval, só tem que usar camisinha no carnaval. Mas que barbaridade, é só no carnaval que você faz sexo, depois no resto do ano você fica lá parado, tira isso para lá, não gosto disso não, chega para lá, Deus me perdoe,

isso aí não. A AIDS só dá no carnaval. Mas que imbecilidade desse Governo Federal, quem é o artista que fez isso: Você só pega AIDS nas quatro noites do Carnaval, terminou o carnaval não tem mais AIDS, não precisa usar mais camisinha.

Deputado Cesar, me perdoe se não lhe dei um aparte, meu tempo esgotou, antes que o Presidente chame a minha atenção quero dizer a Vossa Excelência, o seu sonho é o meu sonho. O sonho ainda não acabou Deputado o sonho existe na cabeça Deputado Cesar Seleme do político que não é jigolô do dinheiro público, do político que não é um estelionatário da política. O sonho não acabou na cabeça de Deputados e da ilustre Deputada Irondi que têm a vontade de servir, que têm a vontade de dar de si. Como fui Rotariano muitos anos de minha vida e esta frase marcou muito a minha vida, por isso que meu gabinete é o gabinete da miséria, é o carpê da miséria nesta Assembléia eu digo, que o importante é não deixar o sonho acabar, o importante é não deixar calar essa tribuna, o importante é dar de si antes de pensar em si.

O Sr. Cesar Seleme (Aparte) - Deputado Alborghetti, agradeço a sua gentileza das suas colocações, mas quanto a despesa, o ônus das instalações das portas seria exclusivamente dos bancos, ônus nenhum para o Estado, apenas o ônus de fiscalizar. Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Acho até bonito isso aí, é meio complicado, mas acho que isso deveria ser implantado aqui e na sequência em Brasília, se tiver lá homens que queiram dar de si antes de pensar em si. Está de parabéns V. Exa. Obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No ano passado mais precisamente no mês de outubro foi divulgado pela imprensa nacional as 20 piores das maiores instituições de ensino deste País aonde foi incluída, por inoperância do Governo do Estado do Paraná que através da sua Secretaria não teria enviado ao MEC aquelas avaliações feitas nas instituições de ensino do Paraná, mais precisamente na Universidade Estadual de Ponta Grossa, não teria sido enviado os papéis pelos quais davam a condição que desfrutavam e desfrutavam os senhores professores dos diversos cursos que compõem aquela Instituição de Ponta Grossa, a nossa Universidade Estadual foi incluída, naquela oportunidade, entre esse rol das 20 piores da Nação bra-

sileira.

Nesta Casa o então Deputado Djalma de Almeida César, que representava o governo da oportunidade, imediatamente junto com o Deputado Plauto Miró Guimarães e esse Deputado que vos fala, estivemos naquela Secretaria responsável, indagando por quê do governo do Paraná não ter enviado a nível federal as habilitações dos nossos professores, dos seus cursos, do mestrado, de pós-graduação, de defensores de teses, enfim, de tudo aquilo que o ensino maior do nosso solo requisita para as posições das nossas instituições.

De pronto e de imediato, aquele governo remeteu à Brasília tudo aquilo que estava faltando e agora, passados 6 meses, mais precisamente na última semana, numa nova avaliação em todo o Brasil, das instituições de ensino deste País, vimos estampada a realidade daquilo que conhecemos e que mais precisamente o ilustre Deputado soma conosco a nova Bancada de Ponta Grossa nesta Casa, que é o Deputado Pêricles de Mello, que é professor universitário e mais precisamente, da sua área, quando a área de Engenharia de Materiais da nossa instituição de ensino de Ponta Grossa foi considerada a 4.^a melhor do País, a nossa instituição entre todas as universidades e faculdades de Engenharia de Materiais do Brasil - é a 4.^a melhor - qualificada em todos os quesitos atinentes ao ensino de Engenharia de Materiais deste País.

Aquela perseverança feita pelo Djalma, pelo Plauto e pelo Zuk e agora testemunhada por esse Parlamento, vimos que realmente a justiça, a dignidade e a respeitabilidade pelos alunos oriundos daquela instituição, novamente aqui está posta a bem da verdade e uso deste expediente, Senhor Presidente e Senhores Deputados para que a imprensa aqui credenciada que, com aquele mesmo ênfase com que foi colocada Ponta Grossa entre as 20 piores, coloque hoje que estamos entre as 4 melhores do País.

A verdade, quando é buscada realmente com argumentos, com provas e principalmente com aquilo que é mais sagrado a verdade, ela tarda mas não falha e aí está, Senhores Deputados, para orgulho do Paraná, aqueles que fundaram a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a todos os governantes, desde o Paulo Cruz Pimentel, desde o Álvaro Dias, o Richa, o Requião, o Mário Pereira, o nosso querido Emílio Gomes e muitos outros que passaram pelo Palácio Iguazu e que deram a mão para que pudéssemos ter aquele orgulho que nós que ali nascemos, aqueles paranaenses que ali estudam, aqueles brasileiros que ali vão procurar melhor o seu saber e aqueles estrangeiros que também conosco desfrutam

daquela instituição, tenham orgulho que, formado em Ponta Grossa é um bom universitário, é um bom profissional e será um competente em todas as áreas que aquela instituição oferece.

Restabelecida a verdade, agradeço nesta ocasião, o empenho do Líder do Governo, do ex-Governador Roberto Requião que aqui conosco, juntamente com o Presidente da Casa, Orlando Pessuti, que se empenhou para que isto que é divulgado em solo pátrio fosse restabelecido aquilo que foi tirado da minha querida Princesa dos Campos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Folha de Londrina de hoje traz uma notícia que diz que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, ordenou ontem a retirada dos cartazes da campanha salarial do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, o SINDIJUS.

Esses cartazes estavam afixados no prédio do Tribunal de Justiça. Mandou retirá-los e pediu abertura de inquérito policial contra os sindicalistas. Alega o Sr. Desembargador que aquele material afixado após autorização daquele Tribunal, incita à violência. Esse material foi apreendido e encaminhado para a Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública. De acordo com o Presidente do Tribunal que simplesmente ao observar o cartaz olhou somente uma frase e não o cartaz como um todo no seu conteúdo. Fez uma leitura inadequada do que queria dizer essa frase. A frase é acompanhada de uma fotografia aonde mostra uma assembléia de trabalhadores, de mãos erguidas, e a frase diz: "Faça justiça com as próprias mãos," o que significa com as próprias mãos sendo votada propostas democráticas numa assembléia de categoria e decidir por pautas de reivindicações e decidir o rumo dos movimentos reivindicatórios daqueles trabalhadores.

E é necessário ao ler qualquer tipo de publicidade que seja lida no conteúdo completo do que significa a leitura visual e a leitura das idéias que lá coloca. E mais do que isto, é necessário saber se uma campanha terá ou não desdobramentos e a campanha promovida pelo SINDIJUS tem desdobramentos. Posteriormente a esse cartaz viria outro aonde estaria escrito: "Quer um plano de carreira, então dê uma mãozinha". Usando o símbolo da mão seria desenvolvida toda uma campanha salarial daque-

les trabalhadores.

O que queremos aqui neste horário do Pequeno Expediente é dar a nossa solidariedade à Direção do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Justiça, o SINDIJUS, porque o que fizeram simplesmente foi desencadear uma campanha em defesa dos seus direitos e jamais querer pregar a violência como insinua o Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado.

E encaminhar como encaminhou para a Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, queremos dizer que gostaríamos muito que o Tribunal de Justiça sempre agisse com rapidez, quando necessário, quando constataste qualquer suspeita ou irregularidade de crime contra a administração pública. E que mais, fosse mais ágil para julgar esses crimes quando estão sob a sua responsabilidade e sob sua alçada. E não ficar tirando cartazes já anteriormente deliberados, ou permitidos que eles fossem, ocupassem aqueles espaços no prédio público do Tribunal de Justiça.

E o que queremos dizer, que essa falta de agilidade do Tribunal de Justiça é observado por toda a população, inclusive hoje ainda recebi um fax que diz: "Todo mundo sabe que o nosso sistema judiciário é tão lento que até mesmo deixa de existir". Esse serviço que o Governo oferece à população e que é sustentado pelos impostos que o trabalhador paga e que custa muito caro.

Para que Constituição, Projetos de Leis, Políticos, Revisão Constitucional, se quando o cidadão precisa exigir um direito garantido em lei, que não está sendo respeitado, o Judiciário simplesmente "armazena" mais um processo que permanece "aguardando" julgamento por cinco, dez, ou mais anos? E quando é julgado, a parte perdedora pode recorrer por mais vários anos?

Por que o Senhor Desembargador não exige rapidez no julgamento desses processos, como foi rápido ao pedir a retirada dos cartazes do SINDIJUS?

Para concluir Senhor Presidente.

Ainda diz o fax: "Milhares de pessoas são lesadas nos seus direitos e não tomam nenhuma atitude porque sabem que enfrentarão uma espera interminável. Quando tomam alguma atitude, aí quase sempre acaba sendo ilícita, ou violenta, uma vez que quem deveria fazer a justiça, que é o nosso Poder Judiciário, não o fez".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode informar à Casa o autor do fax? É anônimo o fax?

O SR. DR. ROSINHA - Não, o fax não é anônimo, mas a Constituição, tanto Estadual como Federal, resguarda o direito de

não informar a fonte se assim ela não deseje.

Não é anônimo, tenho absoluta certeza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência assume a responsabilidade para ser publicada no Diário da Assembleia?

O SR. DR. ROSINHA - Sim, assumo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Rosinha assume a responsabilidade do fax que acabou de ser lido.

Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Quero comunicar à Casa que os funcionários do jornal "Correio de Notícias", jornalistas e gráficos daquele periódico, realizam nesta tarde, logo mais, uma manifestação de protesto em frente ao Palácio Iguaçu.

Por que esses funcionários e jornalistas do Correio de Notícias estão realizando este protesto? Primeiro porque os empresários que comandavam este jornal, principalmente os Senhores Cássio Tanigushi e Mário Celso Petraglia, interromperam a circulação do porta-voz da campanha eleitoral do Senhor Jaime Lerner, deixando os referidos jornalistas e gráficos sem emprego e sem condições de sobrevivência. Segundo, porque não pagaram sequer o salário de fevereiro; terceiro, não pagaram os avisos prévios devidos, não pagaram o correspondente às férias vencidas, não pagaram o correspondente ao Fundo de Garantia que cada um tem direito. E o que é mais grave, Senhor Presidente, nobres colegas, recolheram as contribuições previdenciárias e estas não foram depositadas, como manda a lei. Isto caracteriza o delito de apropriação indébita. E o que é pior, deram este gigantesco calote depois de receberem da coligação "Paraná, Novos Caminhos", mais de 4 milhões de dólares para a impressão e distribuição gratuita, em todo o Estado de exemplares do referido jornal.

Uma verdadeira orgia de gastos, sem precedente na história política de nosso Estado! Pois essas edições alcançaram a casa de um milhão de exemplares diários, durante a campanha eleitoral.

Tudo isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, consta do depoimento do empresário Luiz Carlos Biazetto. Não é este Deputado que está falando isto que acabo de narrar aqui, está no depoimento do empresário Luiz Carlos Biazetto, junto à Procuradoria Regional do Trabalho, na ação movida pelos jornalistas e gráficos contra o Correio de Notícias. Neste depoimento o Senhor Luiz Carlos Biazetto confessa ser

testa de ferro dos Senhores Cássio Tanigushi e Mário Celso Petraglia. Que de fato e de direito foram eles os que assumiram a direção do jornal, antes e durante a campanha eleitoral do Senhor Jaime Lerner.

Com um agravante, Senhores Deputados, de que o Senhor Mário Celso Petraglia e toda a diretoria do Grupo INEPAR, principal financiador da campanha "Paraná, Novos Caminhos", estão sendo processados pela Receita Federal, por crime de sonegação fiscal, pela emissão de notas frias em nome de uma empresa fantasma de São Paulo.

Empresa que não existe e nunca existiu. Esse processo, Senhor Presidente, nobres colegas, está no Supremo Tribunal Federal, ao alcance de qualquer cidadão deste País, porque ele é público, em grau de recurso.

E o Grupo INEPAR, preocupado com as graves conseqüências dessas suas ações criminosas, já chegou, inclusive, constituir um famoso advogado deste País, que é o Dr. Saulo Ramos, que conhecemos muito bem e sabemos das suas ligações com o Supremo, porque foi Consultor Geral da República. E sabemos que é um dos advogados mais caros deste País.

Por esta e outras razões, os jornalistas e gráficos do Correio de Notícias irão hoje à Justiça Eleitoral, solicitar abertura de processo relativo ao abuso do poder econômico nas últimas eleições. Quem vai fazer isso? São os jornalistas, gráficos e funcionários do Correio de Notícias.

Isso porque em sua prestação de contas o movimento "Paraná, Novos Caminhos", declarou ter gasto apenas em toda a campanha eleitoral, o equivalente a 4 milhões de dólares, registrando ainda um saldo de 80 mil o que absolutamente não pode ser verdadeiro.

Na Receita Federal, os jornalistas e gráficos do Correio de Notícias solicitarão uma auditoria para que os Senhores Cássio Tanigushi e Mário Celso Petraglia, expliquem a movimentação de tantos milhões de dólares através do Correio de Notícias, sem qualquer registro contábil.

Ao finalizar, Senhor Presidente, quero manifestar a minha solidariedade, e creio estar falando em nome dos meus colegas de bancada e o meu apoio aos gráficos e jornalistas do Correio de Notícias, que em última análise são as maiores e únicas vítimas desse verdadeiro estelionato eleitoral.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande expediente, com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Deputados.

Dando seguimento ao trabalho que nesta Casa iniciamos há 12 anos atrás na Comissão de Agricultura e posteriormente no Bloco Agropecuário, comparecemos nesta tribuna na tarde de hoje para prestarmos esclarecimentos aos nossos companheiros Parlamentares a respeito da reunião que tivemos ontem na Confederação Nacional da Agricultura, onde estávamos em companhia do Deputado Augustinho Zucchi, nosso Presidente da Comissão da Agricultura da Assembleia Legislativa, e do companheiro Irineu Colombo, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, integrante, também da Comissão de Agricultura e do Bloco Agropecuário.

Fomos à Brasília, Senhor Presidente, Senhores Deputados, representando esta Casa para participarmos desta reunião porque tínhamos certeza que nesta reunião surgiriam idéias, surgiriam propostas que haveriam de contribuir para a solução dos problemas hoje vividos pelo agricultor paranaense e brasileiro. Nesta reunião, e dela fizeram parte lideranças as mais expressivas do setor agropecuário nacional e lá realmente compareceram pessoas dos mais diferentes Estados brasileiros, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que além das suas representações classistas, representação das suas entidades produtivas, fizeram-se representar, também pela sua representação política através dos Deputados Estaduais que lá compareceram.

Desta reunião, Senhor Presidente, Senhores Deputados, surgiu um entendimento que deveremos estabelecer uma coordenação nacional destes movimentos sobre a liderança da Confederação Nacional da Agricultura, tendo como seus parceiros imediatos e aliados a Organização das Cooperativas do Brasil e também a Sociedade Rural Brasileira.

Desta reunião também tirou-se que no Estado do Paraná e nos demais Estados, deveríamos ter também aqui estabelecida a nossa coordenação e fazer também com que ela pudesse chegar até os nossos municípios de forma e de maneira que as reivindicações pudessem ser unificadas, que as propostas também pudessem ser unificadas, e que aquilo que as lideranças nacionais estivessem defendendo fossem também aquilo que as lideranças estaduais e municipais estivessem também defendendo em termos de agricultura brasileira.

Diante dessa reunião de ontem, que no seu final, no seu encerramento, contou com a presença de diversos Deputados Federais e Senadores integrantes da Frente Ampla da Agricultura lá no Congresso Nacional, produziu-se um documento, síntese que passo a ler, para que fique registrado nos Anais

da Assembléia Legislativa.

Reunião CNA / Fed. de Agricultura e
Entidades Cíveis

Dia: 21/03/95 - Horário: 10:00hs

Local: Auditório da CNA

PELO CUMPRIMENTO DA LEI

As lideranças rurais brasileiras, abaixo relacionadas, reunidas na sede da Confederação Nacional da Agricultura, em Brasília, no dia 21.03.95, analisaram a crise enfrentada pelo setor agropecuário e aprovaram as seguintes ações imediatas:

1) Exigir o cumprimento da lei da garantia dos preços mínimos (DL 79/66) e da Lei 4.870.

2) Exigir a extinção de qualquer indexador para os financiamentos agrícolas, inclusive a TR (Taxa Referencial de Juros), que acarrete custos financeiros incompatíveis com a produção agrícola, retroativamente ao início do Plano Real.

3) Exigir a proibição das importações feitas em detrimento da produção nacional, conforme prevê a Lei Agrícola.

Para alcançar estas reivindicações, serão adotadas as seguintes ações:

Junto ao Executivo:

- Agendar audiências com o Presidente da República para apresentar as reivindicações do setor.

- Destinar recursos adequados para a comercialização da safra, liberando os já contratados e adotando o percentual de 25% do compulsório de aplicação dos depósitos à vista, além da aplicação dos recursos dos Fundos de Commodities e do Tesouro.

- Revisão das alíquotas do imposto de importação, proibição das importações subsidiadas e extensão do pagamento à vista às importações de todos os produtos agropecuários, excetuando-se as importações destinadas às regiões Norte e Nordeste, até que se estabeleçam mecanismos que viabilizem a compra dos excedentes de grãos

da região centro-sul.

- Agilizar o credenciamento de armazéns.

- Incrementar programas sociais para absorver os estoques públicos de alimentos.

- Desonerar as operações de exportação de produtos agropecuários para evitar os prejuízos decorrentes da defasagem cambial, com critérios similares aos já usados para os manufaturados.

- Exigir o cumprimento dos termos do Memorando de Entendimento sobre a questão do endividamento rural, firmado em 08.06.94, entre o Executivo e o Legislativo.

Junto à área política:

- Criar uma coordenadoria, a nível nacional, para assessorar parlamentares, em apoio às diversas recomendações do setor aos projetos em andamento.

- Idem, a nível dos Estados, para aumentar o envolvimento dos parlamentares federais, estaduais e municipais, prefeitos e governadores, em torno do assunto.

- Envolver o Fórum dos Secretários de Agricultura no apoio às propostas das lideranças rurais.

Junto às bases rurais:

- Apoiar a continuidade das mobilizações no interior e sua extensão a todas as regiões produtoras.

- Organizar manifestação nacional.

Junto à sociedade:

- Aproveitar todas as oportunidades nos meios de comunicação social para enfatizar os princípios do movimento e alertar para as consequências econômicas e sociais da crise no setor agropecuário.

Junto ao Judiciário:

- Levar ao Poder Judiciário, Tribunais Regionais e Superiores, as teses defendidas pelo setor agropecuário, que visem o estrito cumprimento das leis vigentes e a preservação dos atos jurídicos perfeitos e



Reunião CNA/Fed. de Agricultura e Entidades Cíveis

Dia: 21/03/95 - Horário: 10:00hs

Local: Auditório da CNA

Nome	Entidade	Fone	Assinatura
01 ANTONIO MICHETTI	FAEP	041-283-4183	
02 NEDY R. BORGES	OCEBAS	067-726-2244	
03 FELME R. R. ROOS	SUBD. PARANÁ - MS	067-454173.02	
04 GARMEN O. R. ROOS	FAMAMUL	067-3824.070	
05 José E. P. da	FAEP	078234006	
06 Achimino Furlanetto	Unop. Ext. SC	048-2242335	
07 Ronaldo K. F. F. M. R.	Unop. Ext. Z.	034-336352	
08 ALESSIO S. K. K. U. E. N.	FAMATO - MT	065-3615405	
09 João V. M. M. M. M. M.	FAEP - PR	041-2334123	
10 João V. M. M. M. M. M.	CEMIG -	031-2234044	
11 José R. C. G. V. L.	FAFMG	034821700	
12 CLAYS FERNANDA FONTANA	FAMASUL	067-2951472	
13 NYDER BARREIA	FAES	087-2888944	
14 Roberto Simão	FAEM S	081-2732699	
15 ERILIO FIANAT PEREIRA	FAMATO - MT	065-498-7225	
16 José V. M. M. M. M. M.	Unop. Ext. RS	221-61680.05 (R. P. P.)	
17 João V. M. M. M. M. M.	FAEP	031-2234044	
18 CARLOS FERNANDO M. M.	FAEP	031-2234044	
19 João V. M. M. M. M. M.	FAEP	031-2234044	
20 ANGELO Bressan E.	Unop.	226-6651	
21 ANTONIO MARINHO	Falcom		
22 João V. M. M. M. M. M.	FAMATO	031-2403	
23 João V. M. M. M. M. M.	FAEP	031-9880	
24 João V. M. M. M. M. M.	OCEC	048-2248833	
25 JOSESON JOSEFATO	Unop. Ext. PR	048-2212820	
26 LUIZ LOURENCO	Unop. Ext. PR	044-2213670	
27 FRANCISCO M. M. M. M. M.	Agrando	042-7231546	
28 ROBERTO T. M. M. M. M.	FAEP	021-2422610	
29 CARLA E. M. M. M. M.	FAEP	031-2015711	
30 Ruyson V. M. M. M. M.	SEAPA MG		
31 João V. M. M. M. M. M.	CNA - CNA	035-4411525	

Confederação Nacional da Agricultura

SBN - Qd. 01 - Bl. 1 - 1º/3º Andar

CEP-70 040-000 - Brasília-DF

Fone: (061) 225-3190 - Fax: (061) 225-2420 - Telex: (061) 15844011



Reunião CNA/Fed. de Agricultura e Entidades Cíveis

Dia: 21/03/95 - Horário: 10:00hs

Local: Auditório da CNA

Nome	Entidade	Fone	Assinatura
32 ESCRITÓRIO	ABCE/ACP	982-1413	Assinatura
33 União Solidária	Associação	055 924 1445	Assinatura
34 CARLOS CASTRO	SECOMBIO CO	226 32 82	Assinatura
35 Torres de Melo	FEACC	281 39 52	Assinatura
36 OBAIR COSTA	PROGABIO - SP	2 21 26 5 3	Assinatura
37 LEVI PEREIRA	ASSOCIADO - SP	736 14 66	Assinatura
38 HOMEROS VENEIRA	FEAMATO - MT	921-4403	Assinatura
39 Luiz Aldeia	FAMATO - MT	468-1164	Assinatura
40 Moisés Spomio	Museu - Leg. C.L.	048-212328	Assinatura
41 PAULO PEREIRA	ASSEM. RS. DE EST.	051 2214132	Assinatura
42 MOISÉS ALKE	ASSOC. DIA EITUA	067 726 4212	Assinatura
43 KRAVIAZ DE ARAUJO	ASSOCIARIA CC	045 221 2302	Assinatura
44 João J. de Jesus	OCESP.R. - OCB	041 253 6006	Assinatura
45 JOSE AROLD GALLAGHER	CO 4110	044 8 21-2423	Assinatura
46 FRANKIE DIKSTRA	BATAUD	448-231-1041	Assinatura
47 JOSE A. B. BUICA	COROL	043 255 2144	Assinatura
48 JOSE A. B. BUICA	ALCOOPAR	043 255 2144	Assinatura
49 João Spomio	FEARROZ		Assinatura
50 Carlos Augusto APOLINÁRIO	FEAP	041 2334133	Assinatura
51. RDO/da Brito	DEP. EST. R. & S.	051-742 43:41	Assinatura
52 GIBRANI CHERINI	DEP. EST. RS	051 2214364	Assinatura
53 - VALDIR HECK	DEP. EST. RS	051-228-3322	Assinatura
IRACI CORONEL	FEAP	096-2236112	Assinatura
54 JAIME LORDELL	FAMASUL	067 274441	Assinatura
55 Amílcar Gramacho	OCB	2250275	Assinatura
56. JOSE HERMANO BRADO	FAMAGUL	067 3824870	Assinatura
57 - NUN ANDREU	SR Federal	051 2342224	Assinatura
58 - JOSE CORREA	SR. Federal	061 244853	Assinatura
59 Paulo Henrique de A. L.	Associação Unipar	031 2121444	Assinatura
60 Paulo S. Hoff.	AGRICULTO	061 344 2259	Assinatura
61 João de A. L.	ASSOCIADO	061 344 2259	Assinatura
62 João de A. L.	FEAR	061-2225 1111	Assinatura
63 João de A. L.	SRB	(011) 222 0000	Assinatura

HIRCID ISMAR (Alt) FAEPA 2420097
 NILDO DY72 JBAMA 0542211360
 Otony 3442426
 GERALDO KREBS 3615660
~~DEP. EST. PARANÁ~~ 3185520 -
 João Carlos U. do S. FAEG. 2249011
 EUGÊNIO GRZYBOWSKI - Obusam 034/118-148
 Antonio Brazy Brazy O.E.G. 2418332
 Osvaldo Pinto Lima DEG - comiso 24/8332
 João Roberto Kroszka Sika - 273.60.00 (061)
 ... 2482710 (061)
 José Filipe de Souza - 2239708 - UDR
 ... (081) 2246617 - FAEPE
 ... - 081-9853184 - SRB/UDR-DF
 A. INACIO M. ALMEIDA - 061-5154 - SIA. 64-C-BLE 10/93
 VISSER Otto 3615660 - AGRARIUS-BSB.
 GENARO G KREBS AGRARIUS-BSB 3615154
 ... 3457836
 COLOMBO, IANEU DEP. EST./PR (041) 254-07878 Jo
 ORLANDO FESSUTI DEP. EST./PR (041) 252-3410
 AUGUSTINHA ZUCCHY DEP. EST./PR (041) 252-7616

Alberto Portugal EMBRAPA 244.5058
Gibson Figueira Bastos EPAMIG (081) 2240342
- S. D. A. S. D. A. S. D. A. S. D. A. S. D. A. S. D. A. S.
Rafael do Valle - RJ 318-5503
Carlos Melles 318-5243
Joaquim José de Almeida - RJ - Rio Verde - O
062 621 3954

Anexo ao documento encontra-se lista de apoio e de presença àquela reunião, que fazem parte deste documento que acabamos de ler.

Portanto, Senhores Deputados, apenas para reafirmar o que foi decidido na reunião de ontem em Brasília, já em cima, evidentemente, de algumas medidas anunciadas pelo Governo Federal, de aquisição de 150 sacas de milho, por pequeno produtor, através da CONAB, de estender a equivalência produto para os financiamentos, de sinalizar que os próximos financiamentos não terão mais TR, mas sim a TJLP, taxa de juro de longo prazo, de ter sinalizado com mais recursos para comercialização de facto, mas tudo isto ainda não é suficiente para que possamos equacionar o problema do sector agropecuário nacional.

O que ficou realmente decidido e que foi com muita veemência colocado pelas lideranças não são do Paraná, pelo Deputado Irineu Colombo que estava lá, pelo Deputado Augustinho Zucchi ou por nós, mas por todos aqueles que lá estavam, é que neste momento não queríamos nada além do cumprimento da lei, porque os Senhores Deputados, companheiros aqui presentes, se o Governo Federal estivesse cumprindo a lei que foi estabelecida, a lei agrícola, a

lei de comercialização, a lei de importações e exportações, a lei do preço mínimo, se tivesse ele cumprindo com o preço mínimo, sem falarmos no reajuste desse preço mínimo que poderia ser entendido como inflacionário, mas que desse pelo menos o dinheiro para comercialização da safra, que acenasse com uma negociação para a questão da TR, pessoalmente e todas as pessoas que lá estavam entendem que a crise do setor agropecuário estaria amenizada, se não até resolvida, porque o que falta agora, Deputado Cezar Silvestri, o que falta agora é dinheiro para comercializar a safra, porque se dinheiro existisse através do EGF - Empréstimo do Governo Federal, tenho certeza que os preços não estariam em níveis tão baixos como estão e os produtores estariam com muito mais tranqüilidade para reivindicar o fim da taxa referencial de juro, que esta sim, realmente é o golpe fatal na vida daqueles que financiaram a sua produção.

Portanto, o que se exigia ontem do Governo não era nenhum privilégio, não era nenhuma posição corporativa como quiseram colocar alguns setores do Governo, em especial o Ministro Bresser Pereira, dizer que os agricultores e a agricultura estavam agindo de forma corporativa, que era

apenas uma elite que estava lá a reclamar os seus problemas. Nada de corporativismo.

Apenas o cumprimento da lei, recursos para comercialização regras claras, alíquotas definidas para importação e exportação e o fim dessa maldição que é a correção monetária, hoje transformada em taxa referencial, que já foi abolida pela votação que tivemos na Câmara dos Deputados e que será agora também abolida na nossa opinião, quando o Projeto 383 for votado no Senado Federal.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Pessuti, quero somar-me ao seu pronunciamento, mas ainda levantar algumas questões.

O senhor falou que o que a classe produtora na verdade quer é nada mais que seja cumprida a lei agrícola. Com relação a questão da TR, infelizmente, juridicamente, pelas informações que temos, até porque foram contratos assinados entre os produtores já prevendo a aplicação da TR.

Então, são contratos feitos entre os agricultores e os bancos que financiaram.

Acredito que o que é de fundamental importância, além do cumprimento da lei, é a extinção da TR. Sem isto, realmente teremos a falência da agricultura.

Tenho ouvido vários pronunciamentos e inclusive algumas lideranças do setor dizendo que o micro e pequeno produtor que serão levados a falir se não for extinta a TR. Discordo disto. Sempre tenho tido uma posição clara em todos os meus pronunciamentos: acho que o produtor rural tem que ser tratado com respeito e dignidade, independente de ser pequeno, micro, médio ou grande. Quem está produzindo no país, deve ser valorizado e respeitado. Mas a grande preocupação nessa safra não é com o micro e o pequeno agricultor, porque o micro e o pequeno, 99% dos financiamentos fez por equivalência produto; agora, o médio e o grande não fizeram por equivalência, inclusive financiamentos através da TR. Então, hoje a preocupação não é somente com o micro e pequeno, é com o médio e o grande produtor também.

Então, quero me somar novamente, acredito, mesmo pertencendo ao Partido do Presidente da República e aqui na Casa ocupando a Liderança, acho que não poderia de forma nenhuma virar as costas para o setor produtivo, até porque sou produtor rural, fui eleito inclusive na minha região, que é uma região eminentemente agrícola. Mas acreditamos que todos nós devemos somar esforços.

Ontem, o Senhor não estava presente, lemos uma carta que a Bancada do PSDB en-

viou ao Presidente da República, inclusive dando uma sugestão, que fosse criado um conselho de desenvolvimento para a agricultura permanente, com participação de todos os envolvidos no setor. E que na verdade tivesse inclusive poder de decisão e de participação. Acreditamos que é esse o caminho, que a agricultura tenha sempre um local de debates permanente, não somente em épocas de crise. Com isso, nós com certeza resolveremos o problema da agricultura nacional.

O SR. ORLANDO PESSUTI - É justamente isto Deputado Cezar Silvestri que estamos reivindicando lá em Brasília através das entidades e da classe política no Congresso Nacional.

Lembro-me que em outras ocasiões, em outros Governos a sociedade rural, a Contague, a CNA, e outras entidades, elas tinham uma participação mais efetiva nas conversações pelo menos com os Ministros a fim de se estabelecer políticas agrícolas, ou políticas econômicas voltadas para a agricultura.

No Brasil infelizmente não temos política agrícola, temos política econômica voltada para a agricultura. Então, isso sempre foi a idéia que nós temos buscado.

E Vossa Excelência diz muito bem, que tivesse esse conselho político, esse conselho de assessoramento agropecuário, vamos dizer assim, que tivesse ele poder até, não só consultivo, mas tivesse um poder até deliberativo para que as suas decisões fossem acatadas também por setores governamentais, principalmente da área econômica.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Recebemos uma informação, se não me engano foi transmitido através do jornal da Manchete na noite de antes de ontem, quando falava também da liberação da possibilidade dos produtores que tem dívidas junto ao Banco do Brasil poderem pagar até o valor de duzentos e cinquenta mil reais com produtos agrícolas.

Essa informação o Senhor também teve em Brasília?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Essa informação foi prestada ontem também durante a reunião por algumas pessoas com quem conversávamos, mas nos jornais de hoje não está escrito dessa forma.

Quer dizer, é um assunto que ainda precisamos confirmar. Mas foi dito que era decisão do Ministro da Agricultura junto com o Presidente da República e Ministro da Fazenda, se não me falha a memória, de que dívidas junto ao Banco do Brasil, junto ao setor financeiro, de até duzentos e cinquenta mil reais poderiam ser pagas pe-

lo processo da equivalência produto, o que já é um avanço.

Agora, na nossa opinião precisa haver além dessas medidas recurso suficiente para comercialização da safra, porque se não daqui a pouco estamos querendo o fim da TR que beneficia quem financiou.

Queremos a equivalência para pagar as dívidas que beneficia quem financiou. E quem não financiou, quem se arriscou sozinho, não pode ele ser esquecido nessa hora.

Portanto, principalmente como primeira medida, na minha avaliação, a liberação de recursos para comercialização da safra. É evidente que junto a isto tem a questão da liberação dos armazéns, credenciamentos de armazéns.

Concedo um aparte inicialmente ao Toti e depois ao Deputado Colombo.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Orlando Pessuti, agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Queria cumprimentá-lo também pelo seu pronunciamento nesta tarde e também destacar a sua presença à frente do Bloco Agropecuário, nesta Casa, já há muito tempo.

E o assunto abordado aqui, a sua estada em Brasília, juntamente com outros Parlamentares é de extrema importância para o Paraná e para este Poder, principalmente.

Há dias atrás acompanhamos, e até fizemos um ato, a própria Assembléia Legislativa paralisou seus trabalhos no dia do movimento da Agricultura do Paraná, num sinal de protesto, movimento este que foi realizado em diversas regiões de nosso Estado e foi dito inclusive naquela ocasião, ou no dia seguinte que não poderia ser somente o movimento de um dia, esquecer e deixar o dito pelo não dito.

A presença dessa Casa, desta representação é de extrema importância, lá em Brasília. Vossa Excelência fazia suas considerações, nos repassava os assuntos abordados, no dia de ontem, em Brasília, e eu apenas para complementar, dar uma ênfase ao seu pronunciamento queria dizer o seguinte: com o problema das chuvas do mês de janeiro, principalmente no sul e centro-sul do Paraná, os prejuízos para os agricultores, produtores de feijão, ele ultrapassou a casa dos 60, 70 até 80%.

O que foi colhido não tem como ser vendido pois é de péssima qualidade. Muitos agricultores até não chegaram a colher o feijão, deixaram lá, meteram o arado e deixaram lá.

O que está acontecendo com o milho é semelhante, existem já indícios em algumas regiões, Prudentópolis, mais no fundo na região de Jaciaba, existem até comentários, queixas e denúncias que o pessoal vai deixar, não é somente lá, na minha re-

gião também, em Irati, vão deixar o milho sem colher. Por quê? Porque o preço da colheita do milho, e mais o que é pago ao pequeno agricultor, ele não tem sua máquina, tem que colher na mão, pagar alguém para debulhar o milho. Vossa Excelência sabe como é a vida do pequeno agricultor.

O custo operacional disso não vale a pena.

Então estão deixando para que apodreça na roça. Então são problemas gravíssimos que atravessa a nossa agricultura.

Estou também de pleno acordo com o Deputado Cezar Silvestri quando fala que a preocupação de Vossa Excelência é com a classe produtiva de nosso País, o pequeno, médio e grande. Concordo que o grande também está nas mesmas condições que o pequeno. Mas o que mais sofre é o pequeno, porque ele não tem como sobreviver e passar o ano com a sua família, não tem como, é a sua lavoura e nada mais.

Então esta preocupação tem que ser permanente nesta Casa. Quero fazer lembrar de que quando há um movimento como agora com relação ao real, com as importações de carros principalmente, as montadoras nacionais, vemos, seguidamente, em Brasília, o Vicentinho, sentado de um lado da mesa, representando a classe operária do ABC Paulista, do outro lado vemos o Presidente da FIESP, representando os interesses das montadoras.

Entretanto, não vemos seguidamente na imprensa, alguém sentado, representando os pequenos, médios e os grandes agricultores para discutir o problema que Vossa Excelência está levantando aqui, neste momento.

Trata-se de comida, de alimentos, entretanto, fui um cabo eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, não nego isso, mas é importante que neste momento as lideranças do nosso Estado fizessem com que o Presidente chamasse quem representa a agricultura para ouvir o que está acontecendo aqui, no interior de nossos municípios, principalmente do Paraná.

Parabéns a Vossa Excelência, meus cumprimentos e me associo a Vossa Excelência nesta luta.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo o aparte ao Senhor Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Cumprimento e agradeço, Deputado Orlando Pessuti, pelo aparte.

E convém fazer algumas reflexões e lembrar que no Rio Grande do Sul, no dia de hoje é dia de mobilização estadual, trancamento de bancos, de estradas, para chamar a atenção do Governo Federal.

Algumas reflexões no sentido de manifestar opinião do Deputado Augustinho Zuc-

chi, nosso Presidente da Comissão de Agricultura que nos acompanhou juntamente com V. Exa. em Brasília, e lembram, também que fomos à Bancada de menos pressão da Região Sul, só tínhamos três Deputados, enquanto que o Rio Grande do Sul com manifestações de sua Bancada Federal, Estadual, expressiva e contundente, da mesma forma com os colegas de Santa Catarina.

Sobre a questão da TR é bom lembrar que a TR foi usada pelo Plano Real como uma grande poupança interna até nesse momento, uma poupança interna para alavancar o Projeto de manutenção do Plano Real. E quando alguns levantaram a proposta de só extinguir a TR como proposta alavancadora principal, isso não vai ao encontro aos pequenos e mini-produtores que vou fazer reflexão embasado no Departamento sindical de estudos rurais que diz o seguinte: "A maioria dos pequenos e mini-produtores não conseguiram fazer custeio da safra, ficando a mercê do mercado".

Esses são os prejudicados pela política agrícola do Governo, pois estão descapitalizados, sem condições de armazenagem, não conseguem armazenar o produto, e sem garantia do preço mínimo. Aí sim, entramos na questão legal, quando o Governo por descumprimento da Lei não garante o preço mínimo, e até porque esse Governo usou de recursos que todos os Governos usaram para o IGF, AGF, que sempre foi usado para comercialização da safra de verão. E o Governo como foi bem lembrado pelo ex-Ministro, Alison Paulineli, que ontem fez manifestação, lá nesse encontro, que fez uma reflexão sobre uma questão que o nosso Ministro da Agricultura traz recursos externo aí numa previsão variando de 7%, 8%, mas ele lembrou que isso já aconteceu em governos anteriores e que os juros são 7% ao dia, aí vocês acresçam todas as questões internas de recolhimento compulsórios, taxas, cobrança da fiança, que vai lá em cima a taxa. E em outro detalhe, esses recursos entram pelo banco privado, para que o nosso Ministro da Agricultura não colocou exclusividade em banco só para entrar o recurso. Isso é altamente suspeito esse tipo de recurso, e já tem história. E o questionamento que aqui do Paraná levamos foi de como é que fica a próxima safra, podemos plantar que o Fernando garante? Essa é a grande pergunta que os agricultores estão fazendo. Porque os mini e os pequenos já estão ferrados e não conseguem dar a volta por cima.

Entendemos também, que devemos pedir à Bancada de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, podemos mandar essa mensagem, caro Deputado Orlando Pessuti, de que eles tomem algumas medidas no sentido de que tomamos aqui na Assembleia, por iniciativa do Governo Estadual, do alongamento do

recolhimento do ICMS. Acho que é uma proposta concreta que podemos permanecer ativa para sugestão aos demais colegas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

E por último, Senhores, e principalmente Senhor Deputado Orlando Pessuti, temos em breve votação em pauta de uma solução para a questão do pequeno e mini agricultor do Paraná, levantada muito bem pelo Deputado Toti Colaço, que é a questão da votação do veto que teremos em breve do seguro agrícola, referente ao Projeto seguro agrícola do grande e ex-Deputado Ovídio Constantino. Então essa Casa já tem o compromisso de assumir perante os agricultores do Paraná da votação desse Projeto, em favor desse Projeto.

Então fica aqui essa reflexão e desde já assumimos esse compromisso. Se queremos realmente defender a produção, defender a agricultura paranaense, vamos votar contra o veto e a favor do seguro agrícola que logo estaremos debatendo com mais profundidade com os Senhores.

Obrigao pelo aparte!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o Deputado Irineu Colombo, e concedo aparte ao Deputado Plauto Mirô Guimarães.

O Sr. Plauto Mirô Guimarães - Nobre Deputado, vejo os resultados da reunião que aconteceu no Conselho Nacional da Agricultura, e vejo que enfim estamos chegando no término de uma negociação, de uma conversação e de uma pressão, mas me entristece muito quando escuto das suas palavras que o Ministro Bresser Pereira chama o campo de corporativista. Estou cansado de ouvir políticos chegarem na hora da campanha prometerem e se comprometerem. E vejo mais um governo que está aí igualzinho aos que por aqui passaram.

Quero citar aqui algumas colocações que estão dentro do programa de Fernando Henrique Cardoso, relacionados à agricultura. Vou ler três ou quatro pontos aqui para vocês verem o que se falava na campanha e o que está acontecendo hoje a nível de Brasil.

Está aqui um dos primeiros:

- "O governo vai garantir fontes estáveis de financiamento para a atividade agrícola", estamos com dificuldade, temos aí uma TR matando o campo;

- "Definir taxas de juros de forma a garantir a competitividade do setor agrícola", mais uma vez a TR nos matando. "Criar um mecanismo de crédito que mobilize investimentos do setor agrícola, equipamentos, irrigação e outras obras de infra-estrutura";

- "Apoiar novas formas de financiamentos através de agentes financeiros de propriedade do próprio setor rural, como coo-

perativas de crédito"; e o último ponto que quero colocar aqui:

- "Estabelecer política de garantia de preços mínimos, estoques reguladores e regras de intervenção claras, transparentes e estáveis".

Quer dizer que vemos um plano de governo, vemos uma campanha, acompanhamos promessas e mais um presidente e mais um governo que está igualzinho àquele que saiu e que teve "impeachment" há dias atrás, que fala e não cumpre e o campo está cansado disso.

Quando vemos o Ministro falar em corporativismo, garanto que esse Ministro conhece o feijão e o arroz só na hora...

Senhor Presidente, peço permissão para utilizar o horário da liderança do PMDB, para que possa atender aos apartes solicitados.

O Sr. Plauto Miró - Garanto que esse Ministro da área econômica, como esse que falou, conhece feijão e arroz só na hora de comer, só na hora que está no prato dele. Agora, como produto, realmente eles não conhecem. São burocratas que só conhecem o lado do balcão. São os números.

Como é que produz, como é que faz para que o alimento chegue no prato do trabalhador, deles, políticos, de nós, políticos, realmente eles não conhecem.

Então isso me entristece e espero que esse movimento que aconteceu em Brasília, que está acontecendo nos 4 cantos do Brasil, chegue a uma solução final que viabilize o campo. O campo quer uma política agrícola decente, que o que falam hoje, seja cumprido amanhã e hoje não está acontecendo nesse País.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Obrigado, Deputado Plauto. Com a palavra, o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Pessuti, ouço com atenção e fico feliz em ouvir o relato de reuniões que o senhor participou em Brasília, junto com o Deputado Augustinho Zucchi desta Casa que muito bem foi representada nesta Assembléia pela posição inteligente que Vossa Excelência, o Deputado Colombo, que também participou e o Deputado Zucchi, contribuíram.

Na verdade, queria, embora como um Deputado com muitas bases no interior, sou um Deputado essencialmente urbano, mas quero reconhecer aqui duas coisas: a primeira que não sendo partidário, até muito pelo contrário, tanto do Presidente Fernando Henrique Cardoso como do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, temos que reconhecer que foi tomada uma decisão de governo que, claro, vale para a safra de

inverno, que é de se fazer o crédito agrícola através de recursos captados do exterior, utilizando-se como índice de cobrança desse dinheiro a TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo).

É uma medida extremamente inteligente, porque ressaltada que tenhamos aqui no Brasil uma grave crise cambial de desvalorização do Real frente ao Dólar, seguramente estamos encontrando mecanismo para financiar o médio e o grande produtor rural do nosso país.

Sem dúvida nenhuma foi uma medida extremamente inteligente a do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira e penso até que na verdade, temos que urgentemente buscar é o financiamento para o micro e pequeno agricultor.

Aliás, até aproveito aqui para cobrar do Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, uma solução para a continuidade do programa "Panela Cheia", que foi um compromisso, que quando esteve aqui nesta Casa, em reunião informal, o Presidente Fayet, do Banco do Estado do Paraná, assumiu e que infelizmente não vimos até agora uma manifestação concreta de para se atender o pequeno agricultor do nosso Estado.

Mas queria parabenizar o senhor, os Deputados que o apartearam, pela clareza absoluta do momento difícil que passa a nossa agricultura, mas também registrar que se a TJLP for implantada, ela será um instrumento extremamente importante para dar um equilíbrio a longo prazo para o financiamento das nossas safras agrícolas.

O Sr. Augustinho Zucchi - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Pessuti, muito obrigado pelo aparte.

Vossa Excelência, que ontem conosco, junto com o Deputado Colombo, participamos dessa reunião em Brasília.

Ouvi o aparte do Deputado Romanelli e acho que as decisões com relação a questão da agricultura devem ser concretas e que venham realmente atender, Deputado Plauto, atender realmente a situação porque passam os nossos agricultores. Estamos quase que entrando no próximo plantio. Há que se resolver o problema do investimento através do "Panela Cheia", o investimento seria praticamente colocado, direcionado na questão do calcário. Agora, com relação àquilo que foi discutido ontem lá e Vossa Excelência fez o pronunciamento aqui a respeito desse documento e agora, já como Presidente da Comissão de Agricultura, que vamos trabalhar juntos com o Bloco Agropecuário desta Casa, imagino que uma decisão como aquilo que foi colocado na indexação dos financiamentos pelo Plano Real é uma coisa inaceitável, porque antes de iniciar

o plano, quando ainda se estava na URV, alertávamos de que pagaríamos a conta com relação a diferença que existiria entre o preço do produto, provavelmente, e como foi gerenciado pelo mercado e a correção dos financiamentos através da TR.

Essa TJLP, com todo o respeito, meu caro Romanelli, a TJLP não é a indexação que os agricultores pedem. Aliás, os agricultores não pedem indexador. Pedem sim, que haja, através de um mecanismo o juro fixo, a taxa fixa para que o agricultor saiba quanto vai pagar.

Só temos uma alternativa neste país com relação ao financiamento agrícola, que é com relação a equivalência produto. A essência da equivalência produto é que pode terminar de uma vez por todas essa problemática com relação à indexação que existe sempre nos financiamentos agrícolas. A TJLP é uma mini-saia da TR, é uma espécie de calça curta da TR. Não podemos admitir a TJLP, pelo menos como indexador agora, sem que tenhamos uma regra clara econômica no país. Por exemplo, há poucos dias atrás, quando houve um problema de câmbio, se tivermos outro problema desta natureza, com certeza, mesmo com a TJLP, Deputado Romanelli, os agricultores irão pagar a conta.

Então, ontem foi discutido isto e os agricultores querem no país apenas o juro pré-fixado e essa pré-fixação só pode ser feita na moeda que o agricultor produz, que é o produto. A equivalência produto é fundamental, razão pela qual Vossa Excelência lembrou a questão do programa "Painela Cheia". Acho que temos que, além do que foi colocado, Deputado Pessuti, é nos solidarizarmos com esta questão toda e ficarmos aqui em vigília. Agradecer, inclusive, e quero aqui fazer uma referência ao Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, que por uma proposição do Deputado Caíto, quando da manifestação dos agricultores, que não foi ocorrida em todos os Estados do país, suspendeu a Sessão nesta Casa para que pudessemos participar e sentir de perto a problemática da nossa agricultura.

Espero que os outros Estados que vão fazer essas mobilizações, agora possam conosco somar a força a voz da Região Sul que já está mobilizada e o Governo Federal mais uma vez possa tomar uma atitude rápida com relação a esta questão que os agricultores não agüentam mais esperar.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço aos Senhores Deputados, à Presidência da Mesa e encerro afirmando que os produtores rurais do Brasil e suas lideranças, seja das entidades ou políticas, querem o cumprimento da lei, querem aquilo que a lei

já estabeleceu para que possamos ter uma agricultura forte, produtiva e dando o bem-estar que queremos para o campo e para a cidade.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)
Só queria registrar nesta Casa a presença da Presidente da Câmara de Vereadores de Mariluz, a Vereadora Ivone Perecin.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com muita satisfação.

Concedo a palavra ao PFL. (Declina).

Ao PSDB. (Declina).

Ao PT. (Declina).

Ao PSC. (Declina).

PDT. Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, voltamos à tribuna na Sessão de hoje porque ouvimos com atenção todos os pronunciamentos feitos pelos oradores que ocuparam esta e aquela tribuna desta Casa de Leis.

Aqui nos encontramos porque o Deputado Rosinha, dentro da sua visão e dentro da sua atuação nesta Casa, veio através de uma fax anônimo, trazer neste Plenário, aquilo que todos os Senhores do Plenário e visitantes ouviram contra o Tribunal de Justiça, e mais precisamente, contra o Presidente do Tribunal de Justiça, Doutor Cláudio Nunes Nascimento.

Nós que conhecemos, e o Paraná conhece, aquele oficial de justiça, aquele homem que realmente veio de baixo, de família trabalhadora, que com o seu esforço, com a sua competência foi vencendo todos os degraus atinentes na vida judiciária deste Estado. Fez ele uma carreira invejável, sendo um dos poucos Senhores Desembargadores que chegaram ao cargo de Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado da forma pela qual ele chegou.

Nós que acompanhamos também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aquela greve feita durante anos passados, aonde até famílias dos Senhores Desembargadores foram ofendidas com cartazes, com pejorativos, enfim, com tudo aquilo que realmente uma greve não deveria usar, ou um movimento grevista, foi no passado usado. E somos testemunhas.

E agora, recentemente neste episódio, aonde a imprensa do Paraná transcreve aquilo que realmente ocorreu dentro daquela Casa maior de Leis deste Paraná, vimos de que o caminho percorrido pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, o Integro Desembargador Presidente Cláudio Nunes do Nascimento, foi o mais correto.

O que fez ele? Chamou a segurança, chamou a autoridade, mandou apreender os cartazes porque daqueles poderia partir para outros, sabendo e reconhecendo de

que o direito de cada um deve ser respeitado, ainda mais pelo Sr. Presidente daquela Casa. E vemos de que corretamente, ele que interpreta a lei, ele que representa a segurança de todos nós para acreditar naquilo que é maior, que é a liberdade, seja ela a liberdade de expressão, liberdade de ação, liberdade de greve, enfim, tudo o que possa existir de liberdade nós temos no Tribunal de Justiça deste Estado, realmente o amparo pelo qual até o dia de hoje foi sua linha.

O Sr. Toti Colaço - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Luiz Carlos Zuk, quero neste instante, sem querer entrar no mérito do fax, do assunto que V. Exa. está abordando, mas quero me associar a V. Exa., quando faz referências à pessoa, à figura do eminente Desembargador, Doutor Cláudio Nunes do Nascimento, que é Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, da mais alta corte de Justiça do nosso Estado e V. Exa. está sendo muito feliz quando se reporta a sua pessoa, a sua origem principalmente.

Ele saiu realmente, oriundo de uma família bastante humilde, inclusive da minha Cidade de Irati, do interior de Irati, e que galgou aos poucos, no campo jurídico, judiciário, na magistratura, os postos importantes. A assunção dele à Presidência da mais alta Corte da Justiça, até fiz um comentário numa das emissoras de rádio da minha querida Irati, mostrando aos estudantes, aos humildes, aos pequenos, que todos têm a oportunidade de vencer na vida, desde que se dediquem, a vida inteira, é claro, estudando, se preparando, com honradez e dignidade. Exemplo dele, hoje como Presidente do Tribunal de Justiça.

Me associo as suas palavras também me colocando inclusive, ao seu lado, neste exato momento, na defesa da honra, da integridade moral do Presidente do Tribunal de Justiça. Pela figura humana que é e pelo fato de conhecê-lo de longa data. Inclusive foi meu professor de Direito, na Faculdade de Direito de Curitiba, aliás um emérito professor de Processo Civil.

Meus cumprimentos a V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Como V. Exa. fala, não entramos naquilo que também reconhecemos que o salário do Sr. Servidor também merece ser corrigido, atendido e acima de tudo as suas reivindicações atendidas. O que não admitimos, em hipótese alguma é como nesta Casa de Leis, nesta mesma Casa de Leis, quando aqui vieram servidores públicos do Estado, com faixa chamando a nossa querida, hoje vice-Governadora, Emilia Belinati, de traidora!

Coisa que ela nunca foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados! Quando aqui vieram pessoas desclassificadas, porque o funcionário público do Estado é classificado, vieram aqui colocando faixas dizendo que Paulo Maia era traidor! Paulo Maia, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, um homem de linha, íntegro, honesto e sábio professor. Sempre defendeu os interesses dos professores, e lá está ele na Secretaria da Educação, defendendo a Educação deste Paraná. E aqui, fomos testemunhas, o Presidente, na ocasião, Orlando Pessuti, democraticamente, deveria ter agido de modo diferente, deveria ter mandado retirar as faixas que atingiam os ilustres companheiros, Deputados nesta Casa. Não o fez, por vontade própria, se o fizesse estaria exercendo o direito que lhe era devido e com o amparo da Lei. Se nesta Casa, tenho a certeza que nessa Comissão Executiva, quando da ausência do Presidente Anibal Khury, estivermos na Presidência, qualquer faixa de reivindicação salarial será bem aceita, mas qualquer faixa que atinja um colega nosso será imediatamente retirada, e aquele que assim não o fizer será responsabilizado, na Justiça.

Acho que direito de cada um tem aonde o respeito pára, aonde a honra não deve ser atingida e aonde a dignidade não deve ser colocada à prova. O PT, aqui nesta Casa, tem, sempre teve e terá o amparo em todas as reivindicações salariais justas, honestas do servidor público do Estado, seja ele de qualquer Poder.

Mas também, junto com o PT, e acredito que o PT não aprova faixas pejorativas e agressões a famílias, principalmente de um nome honrado como é o nome do Presidente do Tribunal de Justiça.

Concedo o aparte ao Dr. Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha - Agradeço o aparte e quero dizer a Voss Excelência e aos demais Deputados que em meu pronunciamento, em nenhum momento eu falei contra a honra do Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.

A crítica que fiz é que a agilidade que teve aquele Presidente em pedir para tirar os cartazes que anteriormente tinham sido autorizados para serem colocados pelo Tribunal de Justiça não é a mesma agilidade com que caminham os processos judiciais dentro daquele Tribunal.

Todos os Senhores Deputados são testemunhas que processos tramitam por cinco, dez ou mais anos. Essa foi a minha crítica, e cobra agilidade, como é ágil para retirar os cartazes.

E a questão do fax não é anônimo, o fax veio assinado com esse mesmo teor de crítica, da lentidão do Tribunal de Justiça.

ça. Não tenho autorização de divulgar o nome do autor do fax, e inclusive condicionalmente é permitido que o Deputado, quando as pessoas que o procurem não queiram ser identificados, resguarde a sua fonte. Inclusive mais, se esse cidadão que passou o fax, - vou entrar em contato com ele - quiser ainda que eu leia na íntegra o fax eu lerei, lerei as partes onde faz a crítica ao Tribunal de Justiça. E quando o Presidente desta Casa perguntou se eu assumia essa parte, assumo perfeitamente, porque é lenta a tramitação dos processos judiciais, e essa lentidão traz muita injustiça ao cidadão, ao povo, à classe trabalhadora paranaense e brasileira.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Rosinha.

Mas não poderíamos nós, o Paraná e principalmente a família paranaense, aquela que de perto conhece como o ilustre Deputado Toti Colaço conhece do seu berço, aonde ele se encontra, e nós que respeitamos o direito de tudo e de todos não poderíamos faltar com a palavra neste instante de dizer que o que é dito nesta Casa tem que realmente se encontrar com o dia da razão, e a razão pela qual foi dita, as reivindicações são justas mas o respeito à autoridade, à família, deve ser sempre presente nas ações que praticamos.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, vim à Tribuna para informar que amanhã o Governador Jaime Lerner estará na Cidade de Pato Branco para fazer o lançamento de um importante plano de ação de uma proposta colocada durante a campanha e que começa a ser mostrada para a população.

É o Paraná mais Saúde, projeto de suma importância para a população do nosso Estado, onde o Governador mostra mais do que nunca o respeito ao povo do interior. Vai ao interior do Estado, bem ao contrário do que fazia os outros Governos que costumavam trazer caravanas de Prefeitos para dentro do Palácio Iguaçu para ali fazer mais um interesse político do que propriamente de um bom projeto.

O Governador Jaime Lerner portanto lança amanhã em Pato Branco o programa de Governo para a saúde do qual fazem parte medidas que vão oferecer à população serviços eficientes garantindo qualidade de vida a todos os paranaenses. E esse Programa Paraná mais Saúde está baseado em quatro itens: 1º - Mais informação. O Go-

verno do Estado quer ouvir dos municípios quais os problemas que enfrentam e saber exatamente o que precisa ser feito naquela comunidade. 2º - Mais participação. Cada município tem as suas características, mas as soluções encontradas em um podem servir para o outro. A participação de todos será possível com a rede de troca de experiências criadas pela Secretaria da Saúde. 3º - Mais infra-estrutura. O Governo do Estado sabe que muitas vezes a solução não é construir um hospital, mas dar infra-estrutura para o que já existe passar a funcionar com eficiência. 4º - Mais treinamento. Os quatro mil agentes comunitários e os Gerentes de Saúde, pessoal que trabalha em postos, hospitais e secretarias municipais de saúde, terão programas permanentes de capacitação.

Os que se encontram dentro do grupo de maior necessidade de medicamentos vão receber a quantidade suficiente para o atendimento de pacientes por períodos sucessivos de três meses, de forma regular.

Os que estão no segundo grupo, ganham 75% dos remédios necessários para os mesmos períodos sucessivos de três meses.

Para os do grupo três, o repasse será da metade da quantidade dos produtos considerada essencial para atender a demanda naquele período.

Os classificados no grupo de menor propensão a doenças, como é o caso de Curitiba, por exemplo, recebem um quarto (25%) da quantidade estimada como necessária.

Porém, todos os municípios vão ganhar a mesma relação de remédios, alterando-se apenas a proporção.

O Secretário Armando Raggio, da Saúde, estima que o projeto vai consumir cerca de R\$ 1 milhão por mês.

Todas as cotas de medicamentos são enviadas às regionais de saúde, de onde são retiradas pelas prefeituras municipais.

"Queremos acabar com o remédio de porta-mala" antes os produtos eram retirados do armazém e levados, aleatoriamente, sem planejamento nem critérios.

Também dentro desse projeto, vai acontecer a assistência farmacêutica.

A distribuição dos remédios das estratégias do Governo do Estado para melhorar a assistência farmacêutica.

O projeto também inclui uma orientação integrada para o uso dos medicamentos. Para isso são necessárias campanhas de conscientização da população, além de treinamento aos farmacêuticos e de um apoio aos médicos para a correta indicação e aplicação de cada produto.

A seleção de remédios excepcionais e dos considerados clássicos, como os contra a tuberculose e a hanseníase, também compõem a Farmácia Básica.

A intensão também é a de incrementar a produção de remédios. Hoje o Estado produz 16 dos 40 itens da Farmácia Básica.

Só o CEMEPAR pode produzir 50 milhões de unidades por ano. O restante é comprado de laboratórios de outros Estados ou através de licitações da iniciativa privada.

Para melhorar a produção, o Paraná poderá importar alguns insumos e matéria-prima, como sais básicos necessários ao preparo dos medicamentos. Alguns contatos com a China já foram feitos.

A coordenação do grupo-diretor da Farmácia Básica é composta pelo CEMEPAR, pela Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde, universidades estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, Instituto de Tecnologia do Paraná, Sociedade Brasileira de Vigilância Sanitária de Medicamentos, Conselho Regional de Farmácia e outras instituições da área.

Ainda dentro do projeto "Paraná mais Saúde", a meta do atual Governo para a saúde é trabalhar em parceria com os municípios. Com isso, pretende fortalecer a descentralização dos serviços, resgatar a valorização dos trabalhadores da área e facilitar o atendimento geral e o acesso dos paranaenses à saúde.

A perspectiva do Governo é de trabalhar durante os próximos anos com recursos externos, além das verbas federais e estaduais.

O Tesouro Nacional libera cerca de R\$ 38 milhões de reais por mês para o custeio dos ambulatórios, internações hospitalares e serviços básicos de atendimento no Paraná.

Aproximadamente R\$ 10 milhões de reais provêm do orçamento do Estado para a área da saúde. Os municípios geralmente investem outros R\$ 10 milhões de reais.

Ao todo, são cerca de R\$ 60 milhões de reais canalizados todos os meses para o setor de saúde no Paraná, ou R\$ 720 milhões de reais por ano.

O Governo ainda espera conseguir US\$ 85 milhões de dólares de financiamento externo para os quatro anos de gestão.

Mas além dos recursos para manter o sistema, é necessário verba para a melhoria e ampliação dos serviços e o desafio para o Secretário de Saúde do Estado, de seguir entre o supérfluo e o essencial. O Estado e os municípios devem investir mais para exigir que o Governo Federal não reduza, mas ao contrário, aumente ainda os repasses.

Ainda dentro deste mesmo projeto que será lançado amanhã pelo Governador Jaime Lerner na Cidade de Pato Branco, há também a intenção da criação de uma central estadual de transplantes. Está sendo planejada a criação de uma central de transplantes para organizar, gerenciar a captação, pro-

cura e distribuição de órgãos para transplante. Exatamente em cima do projeto de nossa autoria, já votado, sancionado, já é lei por esta Casa em 1991. O estímulo aos transplantes, o estímulo à doação de órgãos para que ocorram os transplantes e também o estímulo para a criação dessa central de captação de doadores para que não se perca a oportunidade de salvar uma vida, porque ninguém sabe a quem recorrer, aonde poderá se fazer o primeiro contato, quem poderá ir buscar, quem poderá ir fazer este transplante com a maior rapidez possível para que se possa evidentemente utilizar da melhor maneira possível.

O Paraná tem hoje 16 centros de transplantes. Apenas no ano passado foram feitos cerca de 350 transplantes no Estado, em sua maioria de rins.

O "Paraná Mais Saúde" vai atuar ainda na melhoria do saneamento básico domiciliar, em ação integrada com outras Secretarias. Da população paranaense atualmente atendida pelo sistema de abastecimento de água, apenas 25% tem acesso à rede de esgoto. Em áreas rurais praticamente a metade da população usa instalações de esgoto consideradas inadequadas, daí o porquê de fazermos aqui desta tribuna este registro deste lançamento tão importante.

Tenho certeza que amanhã, na Cidade de Pato Branco, e estendo aqui o convite a todos os Parlamentares desta Casa, independente de facção partidária do Prefeito da Cidade, independente da facção partidária do Deputado desta Casa, o prestigiamos, amanhã, na Cidade de Pato Branco.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero também aproveitar para registrar a presença aqui na Casa hoje, do Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Vereador Jorge Moreira e do Vereador Elizeu, também da Câmara Municipal da Cidade de Piraquara.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 36/95, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, devidamente apoiado. **Encaminhe-se à Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À

Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Sobre a mesa, Requerimento nº 458, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 459 e 460, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 461 a 463, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 464 e 465, de autoria do Sr. Deputado José Marcos Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 466 e 467, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 468 e 469, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 470 a 472, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 473 e 474, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 480 e 481, de auto-

ria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 478 e 479, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 482 a 484, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 449, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 448, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 408, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, me parece que com relação a este pedido de informações, houve um entendimento para ser retirado. Consulto o Deputado proponente do requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adio para amanhã, quando V. Exa. estiver presente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 112, 119 e 127/94.

Levanta-se a sessão.